

A temática dos movimentos surge como objeto de estudo junto com o nascimento da própria sociologia. Resulta que a sociologia sempre foi o campo por excelência na análise da ação social, embora na ciência política ela seja também uma grande co-adjuvante para o entendimento do comportamento político dos diversos grupos e classes sociais.

Analizando a bibliografia geral nas ciências sociais, especialmente dicionários, antigos manuais e textos que tratam das áreas temáticas de investigação, vemos que usualmente se incluem os movimentos sociais como uma seção, um verbete ou um capítulo específico dos estudos sociopolíticos. O denominador comum é analisá-los no bojo da problemática da ação social coletiva. A maioria dos autores que os estudam os inclui numa teoria da ação social (SMELSER 1962; TILLY 1978; TOURAIN 1973, 1978, 1994a, 2005, 2007a etc.). Sabemos que a teoria da ação social tem sido pensada no interior de horizontes paradigmáticos teóricos diversos, por exemplo materialismo histórico, escola de Frankfurt, fenomenologia, interacionismo, correntes hermenêuticas, ciências da linguagem e da cognição, teorias da comunicação etc. J. P. Netto (1993) observa que há no meio acadêmico duas abordagens da ação social na sociologia: a que a vê como um sistema, para o qual a ação social aparece como produto do sistema; e a

que privilegia a ação social propriamente dita — o sistema seria derivado da ação/interação social.

Gabriel Cohn (1993), em ensaio sobre a teoria da ação social em Habermas, afirmou: "Há basicamente dois tipos de teorias sociais. Umas concentram-se nas ações que os homens desempenham em suas formas de convivência. Outras preocupam-se mais com os resultados de ações passadas, com o modo como elas se cristalizam em instituições" (1993, p. 63).

Lorenz von Stein foi um dos pioneiros a utilizar o termo "movimento social", em 1842, ao postular a necessidade de uma ciência da sociedade para o estudo do socialismo emergente na França, dando-lhe o sentido de uma luta contra dada situação. Os primeiros estudos que tomaram como objeto central ações sociais coletivas similares aos movimentos sociais da atualidade referiam-se a eles como distúrbios populares. Na França, ao final do século XIX, devem-se citar Taine (1887), Tarde (1898) e Le Bon (1895). Eles foram os pioneiros de uma sociologia das mobilizações. H. Taine foi o primeiro a discutir o comportamento das massas, dando-lhe um tratamento psicológico baseado em instintos selvagens da natureza humana — com isto ele fez uma descrição pitoresca das revoltas revolucionárias. Taine forjou os princípios que foram trabalhados depois por Tarde, e Le Bon faz uma análise bastante conservadora, assim como Ortega y Gasset (1926). Eles deram elementos para uma teoria baseada no comportamento tido como irracional das massas. Foram influenciados por Freud — teoria de agressão instintiva, que tratou dos instintos selvagens de sobrevivência. As explicações sobre os impulsos violentos e a propensão à agressão também se alicerçaram em Darwin. Desvios do comportamento e frustrações explicavam o comportamento das lideranças das ações.

Na Europa, no século XX, entre os clássicos, Max Weber foi o grande teórico da teoria da ação social, e continua a ser a matriz referencial de várias abordagens até a atualidade. Sabe-se que Weber defendia um trabalho cuidadoso de formação de conceitos na análise social. Para tanto o pesquisador deve interpretar a realidade social — vista como universo empírico das ações e que serve como

substrato para as formulações do pensamento. Segundo Sztompka, para Weber a sociologia é:

o estudo das ações sociais, da conduta significante dirigida para os outros e orientada para suas respostas, concretas ou esperadas. Todas as entidades sociais complexas que aparecem no transcurso da história humana (economias, sistemas políticos, organizações sociais) não são mais que produtos acumulados e duradouros das ações sociais. Explicar tais entidades significa rastrear suas raízes nas ações humanas; explicar as ações (compreendê-las), por sua vez, é desvendar o seu significado, bem como as motivações psicológicas que movem os agentes e os valores culturais, normas e regras que plasmam as suas formas. Os fatores explicativos decisivos estão situados, portanto, no reino das idéias, das crenças positivas e [dos] sistemas de normas aceitos pelos indivíduos (SZTOMPKA 1998, p. 397-398).

Weber afirma que as ações possuem um sentido para aqueles que as praticam, há um substrato subjetivo. O esforço de interpretação deve ser para conectar o pensado e o praticado, os valores que orientam a ação e o que ocorre na prática. De forma simplificada pode-se dizer que a teoria weberiana busca o sentido da ação coletiva, a intencionalidade dos fenômenos e processos. Não há uma essência a ser desvelada nas ações dos indivíduos, há atribuições de sentidos e significados que devem ser compreendidos. As ações sociais são orientadas por fins e valores, baseadas na visão de mundo dos indivíduos; há um grande papel para os valores dos indivíduos e grupos sociais, resultantes de motivações. Portanto, segundo Weber, para analisar as ações coletivas devemos pesquisar também os conteúdos simbólicos, as intenções dos atores sociais, pois há significações internas nos comportamentos coletivos que são culturais. Deve-se buscar a singularidade dos fenômenos históricos pela análise das conexões subjetivas internas. Há totalidades significativas a ser reconstruídas em tipos ideais. Deve-se buscar a racionalidade que move a ação social. Em suma, valores, meios e fins explicam o sentido da ação (WEBER 1969). A abordagem sobre ações e comportamentos coletivos foi um *approach* que dominou a sociologia norte-americana dos anos 1920 até a década de 1960.

Ela também tem sido denominada uma abordagem clássica e esteve presente também na Europa. Pode-se datar seu início nas primeiras décadas do século XX, nos estudos de R. Park e R. W. Burgess (1921) e seus colegas da escola de Chicago, em L. Wirth (1967) e nos trabalhos da escola do interacionismo simbólico de Mead (1976), Goffman (1959), e nos trabalhos de Simmel (1967).

Blumer, em 1939, foi o primeiro a utilizar o termo movimento social na produção teórica, dividindo os movimentos em gerais e específicos. Ele abordou sua estrutura e seu funcionamento, refletiu sobre o papel de suas lideranças e, para surpresa daqueles que desconhecem — ou teimam em desconhecer — sua produção, tratou do movimento das mulheres, dos jovens, pela paz etc.

Nos primórdios, foi muito relevante a abordagem dos movimentos sociais no universo dos processos de interação social dentro da "teoria do conflito e mudança social", como nos demonstraram os estudos de T. Bottomore (1976).

Heberle (1951) foi um dos primeiros pesquisadores a publicar um livro que trazia em seu título o conceito de "movimento social" (*Social Movements: An introduction to Political Sociology*), pelo prisma da abordagem dos interacionistas. Ele amplia o leque dos tipos de ações coletivas a ser denominadas movimentos, chamando a atenção para os movimentos dos camponeses, dos negros, dos socialistas e dos nazifascistas. Ele separava os movimentos em sociais e políticos, segundo seus objetivos.

As doutrinas do interacionismo simbólico norte-americano, na primeira metade do século XX, analisaram inicialmente os movimentos como problemas sociais, um fator de disruptão da ordem. Elas se preocupavam em entender o comportamento dos grupos sociais. A idéia de "progresso" estava no centro das atenções de Park, da escola de Chicago (1922), e de Blumer. Será Goffman que, anos mais tarde, retomará o interacionismo e elaborará contribuições sobre a importância dos vínculos sociais para explicar as solidariedades construídas — abordagem resgatada em muitos estudos na atualidade, assim como também se tem resgatado Wirth e Simmel.

Nos anos 1950 destacaram-se ainda os trabalhos de Turner e Killiam (1957) sobre o "comportamento coletivo". Eles publicaram um livro em que dedicavam uma seção com 208 páginas ao estudo dos movimentos sociais. Destacavam como características fundamentais de um movimento social elementos utilizados por muitos analistas até na atualidade, quais sejam: um sistema de valores ou ideologia, um sentido ou identidade comum, normas para a ação e uma forma de estrutura organizacional para obter os fins do movimento. Outro autor da década de 1950, Kornhauser (1959), elaborou, na linha de Turner e Killiam, uma teoria da sociedade de massa como a explicação para a agregação dos indivíduos aos movimentos sociais. Indivíduos isolados e sem referências teriam nos movimentos sociais um chamariz.

No século XX, o grande ponto de destaque nos estudos clássicos norte-americanos sobre as ações coletivas foi a ênfase na abordagem sociopsicológica, também chamada de teoria da privação relativa. Herdada da escola de Chicago, ela formou uma tradição ao explicar o comportamento coletivo das massas por meio da análise das reações dos indivíduos, enquanto seres humanos com certas características biológicas e culturais, às privações a que estavam submetidos. Essa abordagem se desenvolveu posteriormente para recortes do psicossocial que não se resumiam a uma abordagem de microrrelações sociais. O indivíduo era visto dentro de macroestruturas sociais. A grande questão era a inadaptação deles àquelas estruturas, o que gerava desajustes e conflitos. Os movimentos nasciam neste universo, eram elementos disruptivos. A idéia durkheimiana da anomia social permeava as análises. A forma mais elaborada desses estudos foi o trabalho de Smelser (1962), que desenvolveu um modelo estrutural-funcional para explicar os movimentos sociais que passou a ser denominado teoria da tensão estrutural. Smelser, em sua linha de abordagem, é citado em várias encyclopédias e tratados de sociologia e de política como um dos principais teóricos dos movimentos sociais (ver BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO 1986; GIDDENS 1989; OUTHWAITE, BOTTOMORE et al. 1996 etc.). Alguns manuais da sociologia norte-americana passaram a

incluir os movimentos como um item específico de estudo no rol dos comportamentos coletivos (HORTON, HUNT 1980).

Assim, a temática dos movimentos sociais no universo das ações coletivas possíveis é uma área clássica de estudo da sociologia e das ciências sociais desde seus primórdios e não apenas um momento da produção sociológica, como pensam alguns, reduzindo as manifestações empíricas, com seus fluxos e refluxos, e confundindo a produção acadêmica destes ciclos com a própria existência concreta do fenômeno. Entretanto, o conceito tem sofrido, historicamente, uma série de alterações, até no seio de uma mesma corrente teórica. Nos anos 1950 e parte da década de 1960 os manuais de ciências sociais e parte dos estudos específicos abordavam os movimentos no contexto das mudanças sociais, e os viam como fontes de conflitos e tensões, fomentadores de revoluções, revoltas e atos considerados anômalos no contexto dos comportamentos coletivos vigentes. Usualmente classificavam-se os movimentos em religiosos/seculares, reformistas/revolucionários, violentos/pacíficos. Movimentos sociais e revoluções eram termos utilizados muitas vezes como sinônimos, e sempre que se falava em movimento a categoria "trabalhador" era destacada. Cumpre destacar também que nos anos 1950 o conceito de movimento era utilizado em acepções amplas, envolvendo períodos históricos grandes. Assim, denominavam-se movimentos sociais as guerras, os movimentos nacionalistas, as ideologias radicais — nazismo, fascismo etc. —, assim como as ideologias libertárias e religiosas (Bertrand Russel na década de 1960). Aberle, nos anos 1960, fez uma tipologia dos movimentos sociais classificando-os em quatro tipos: os transformadores, voltados para a mudança total das estruturas; os reformadores, dirigidos para mudanças parciais; os redentores, voltados para a mudança total dos indivíduos; e os alternativos, que pretendem mudanças parciais no comportamento dos indivíduos (ABERLE 1966).

O surgimento de novas modalidades de movimentos sociais — como os dos direitos civis nos Estados Unidos ainda nos anos 1950, dos estudantes em vários países europeus nos anos 1960,

das mulheres, pela paz, contra a Guerra do Vietnã etc. — contribuiu para o surgimento de novos olhares sobre a problemática. No paradigma acionalista, em que se localizam as teorias culturistas e identitárias, passou-se a destacar o lado positivo dos movimentos, como construtores de inovações culturais e fomentadores de mudanças sociais. Ampliou-se o número de estudos específicos sobre movimentos. A produção teórica na sociologia a partir dos anos 1970 nos revela novos olhares sobre as ações coletivas. Em 1978, T. Bottomore e R. Nisbet organizaram uma *História da análise sociológica* (1980), com capítulos específicos sobre a teoria da ação social, destacando os movimentos como atores importantes. Sherman e Wood (1989), em original manual sobre as perspectivas tradicionais e radicais da sociologia, dedicaram uma seção inteira aos movimentos sociais, analisados juntamente com as instituições políticas da sociedade. R. Stebbins (1987), em outro manual de sociologia centrado na sociedade contemporânea, também dedicou um capítulo ao estudo dos movimentos sociais como forma de comportamento coletivo, diferenciando-os das manifestações de massa, da multidão, dos protestos etc. Ainda no nível dos manuais, a produção se completou com o *Sociology* de Anthony Giddens (1989), com um capítulo de quase cinqüenta páginas sobre "A revolução e os movimentos sociais". Outra fonte de referência que nos atesta a importância das ações coletivas e dos movimentos sociais como objeto de preocupação teórica são as encyclopédias de ciências sociais. O volume 14 da *International Encyclopedia of the Social Sciences* já nos anos 1970 apresentava um longo parágrafo sobre os movimentos sociais escrito por Heberle e Gusfield (1972). O dicionário da Blackwell dos anos 1990, *Twentieth-Century Social Thought*, editado por Tom Bottomore e William Outhwaite em 1993 e publicado no Brasil em 1996, dedicava também espaço aos movimentos sociais, especialmente aos novos. Mas será no campo da ciência política, nos anos 1980, que a bibliografia geral sociopolítica incorporará a temática dos movimentos sociais com grande destaque. N. Bobbio, H. Matteucci e G. Pasquino (1986) criaram um espaço no *Dicionário de política* para o verbete "Movi-

mentos sociais" que tem sido um dos mais citados nos estudos que definem "o que é um movimento social".

Para concluir, citemos as abordagens neo-utilitaristas no estudo dos movimentos sociais, nas quais são explicados em termos de oportunidades, estratégias etc., assim como as abordagens marxistas e da sociologia da ação social de Touraine, que serão tratadas no próximo capítulo, pois já não se inserem entre as abordagens clássicas das ações coletivas. São abordagens dos movimentos sociais propriamente ditos.

capítulo II A construção das abordagens teóricas sobre os movimentos sociais

### 1. As principais correntes teóricas

R esumidamente, podemos dizer que a respeito dos movimentos sociais temos as seguintes correntes teóricas: a histórico-estrutural, a culturalista-identitária e a institucional/organizacional-comportamentalista.

A primeira bebe em fontes das abordagens de Marx, Gramsci, Lefebvre, Rosa de Luxemburgo, Trotsky, Lenin, Mao Tse-tung etc. Sabemos que Marx, no século XIX, construiu uma das principais matrizes teóricas de análise — que veio a influenciar a análise tida como clássica ou tradicional sobre os movimentos sociais no século XX —, com seus estudos e escritos sobre o movimento social dos trabalhadores vistos como sujeitos históricos. Ele não se dedicou a teorizar sobre as ações coletivas, mas delineou o perfil de um movimento social concreto, o do proletariado, dizendo que ele deveria ser compreendido para que se transformasse o mundo das relações sociais existentes. Em relação à produção de estudos específicos sobre os movimentos sociais que foram influenciados pela teoria marxista, observa-se que grande parte da produção concentra-se no estudo do movimento operário, particularmente nas lutas sindicais. Esta matriz teórico-política teve importância no mundo todo até os anos 1970. A partir de então reduziu sua influência na análise dos movimentos sociais na

academia, embora haja ainda intelectuais "de peso" na comunidade do pensamento da esquerda, tais como E. Hobsbawm, E. P. Thompson, G. Rudé, R. William, R. Kurtz, T. Eagleton, I. Mészáros, T. Skocpol, M. Mayer, O. Ianni, F. Oliveira, R. Antunes, E. Sader etc.

Hardt e Negri (2000, 2005), na atualidade, representam um dos eixos principais de um pensamento que se posiciona como de esquerda e alimenta a prática de inúmeros militantes e movimentos sociais da atualidade. Eles têm feito uma releitura de categorias marxistas postulando que conceitos como classe trabalhadora e proletariado são ultrapassados por não darem conta da complexidade dos conflitos da contemporaneidade, que envolvem etnia, raça, gênero e classes. Eles retomam o conceito de multidão, já tratado por Riesman (1981) no início dos anos 1980, e inserem o tema do biopoder nas lutas sociais da atualidade (NEGRI, COCCO 2005).

Nas abordagens fundadas no paradigma marxista, até os anos 1950, o conceito de movimento social sempre esteve associado ao de luta de classes e subordinado ao próprio conceito de classe, que tinha centralidade em toda análise. Os estudos críticos, associados à perspectiva marxista, inseriam sempre o conceito dos movimentos sociais na questão reforma ou revolução (HOBSBAWM 1970). Como decorrência, os movimentos eram analisados como reformistas, reacionários ou revolucionários. O paradigma teórico mais amplo era o do processo de mudança e de transformação social. Havia a crença, fundada em análises objetivas da realidade social, na existência de um sujeito principal daqueles processos, dado pela classe trabalhadora. Conseqüentemente, a maioria dos estudos empíricos teve como objeto o movimento operário ou camponês, os sindicatos e os partidos políticos. Como as categorias da organização da classe e o processo de formação da consciência social eram centrais no modelo de projeto de sociedade que se desenhava e aspirava-se como ideal, não havia muita preocupação com a diferenciação entre movimento social e político. As organizações eram vistas como suportes dos movimentos. O tema da desigualdade social estava posto em contraponto ao da igualdade e da emancipação da classe explorada — uma meta a perseguir. Na linha das teorias marxistas,

Piven e Cloward (1979) publicaram um estudo que influenciou vários analistas dos movimentos sociais do mundo todo: *Poor People's Movements*. Na mesma direção, T. Skocpol foi outra analista importante dos movimentos operários, assim como E. P. Thompson, H. Hobsbawm etc. — estes últimos destacando o papel da cultura e já fazendo uma ponte desta corrente com a culturalista.

A segunda corrente teórica, a culturalista-identitária, tem uma gama variada e complexa de influências que abarcam o idealismo kantiano, o romantismo rousseauiano, as teorias utópicas e libertárias do século XIX, o individualismo nietzschiano, a abordagem da fenomenologia e as teorias da sociologia weberiana, a escola de Frankfurt e teoria crítica de uma forma geral. Hegel é também uma fonte de inspiração e diálogo para muitos dos autores dessa corrente. Outros autores que também influenciaram a produção teórica culturalista-identitária foram Foucault nos anos 1960-70, Habermas, Bobbio, Arendt e Giddens nos anos 1980, e Bourdieu com suas análises sobre os processos de dominação e a interiorização de estruturas objetivas nas práticas dos indivíduos por meio do *habitus*. Esta corrente construiu a chamada novidade dos "novos movimentos sociais" ao destacar que as novas ações abriam espaços sociais e culturais, eram compostas por sujeitos e temáticas que não estavam na cena pública ou não tinham visibilidade, como mulheres, jovens, índios, negros etc.

Fora do Brasil, alguns autores produziram teorias específicas sobre os movimentos sociais a partir desta matriz: Touraine, dos anos 1960 até a atualidade; Melucci (1980) afirmou que os movimentos ofereciam um modo diferente para designar os conflitos do cotidiano e desafiavam os códigos culturais a partir de bases simbólicas, construindo identidades próprias; Offe (1983) tratou da politização da sociedade civil e da redefinição das fronteiras das políticas institucionais, chamando a atenção para as diferenças entre o velho e o novo movimento social; K. Eder (2002) analisou os movimentos como novas articulações que cristalizam novas experiências, sem falar em Scott (1985), Geertz (1989), Pizzorno (1983), Kriesi (1995) etc. Ao desenvolver a abordagem culturalista, esses autores destacaram a questão da identidade dos movimentos sociais e criticaram as

abordagens estruturais ortodoxas que se detinham excessivamente na análise das classes sociais como categorias econômicas; criticaram também os estudos que se preocupavam apenas com as ações da classe operária e dos sindicatos, deixando de lado as ações coletivas de outros atores sociais relevantes. É importante registrar que eles teceram críticas ao marxismo, mas tiveram com ele um diálogo permanente, não o descartando. O grande saldo desta corrente foi apresentar ao mundo a capacidade dos movimentos sociais de produzir novos significados e novas formas de vida e ação social.

A terceira corrente, aqui denominada institucional/orientacional-comportamentalista, desenvolveu-se basicamente nos Estados Unidos, mas tem muitos adeptos na Europa, principalmente na Inglaterra — onde predominou sob a forma de abordagens neo-utilitaristas —, assim como na Holanda e na Alemanha. A corrente institucional tem raízes nas teorias liberais dos séculos XVII e XVIII (Adam Smith, John Locke, J. S. Mill etc.), nos utilitaristas, na antropologia e na sociologia de R. Merton, Radcliffe Brown e Parsons. As teorias da ação social coletiva de Parsons tiveram, na sociologia norte-americana, vários desdobramentos no campo da análise dos movimentos sociais concretos. As mobilizações coletivas foram analisadas segundo uma óptica econômica (Olson, 1965), para a qual os fatores tidos como objetivos são a organização, os interesses, os recursos, as oportunidades e as estratégias; ou segundo uma óptica sociopsicológica, a partir das análises estrutural-funcionalistas. O principal teórico desta corrente nas análises das ações coletivas foi o já citado N. Smelser (1962). Na Inglaterra, foram Wilkinson (1971), Banks (1972) e Wilson (1973). Nesta corrente, de certa forma, um movimento atingia seus objetivos quando se transformava numa organização institucionalizada. Na atualidade, a corrente institucional expressa-se também no pragmatismo presentista como suporte de suas análises.

O paradigma comportamentalista norte-americano, no qual se localizam as teorias institucionais, passou nos anos 1960 por uma revisão crítica, dando origem a uma nova teoria, a da mobilização de recursos, em que se destacam os trabalhos de Olson

(1965), Oberschall (1973), Mayer e MacCarthy (1973 e 1979), Gamson (1975) e Snow (1986). Charles Tilly (1978) se diferencia um pouco deste grupo por sua abordagem histórica, preocupada com os ciclos de protesto que os movimentos constroem, mas ele também acentua o aspecto da institucionalização das práticas sociais. Para Tilly, há cinco grandes componentes nas ações coletivas a ser analisados: os interesses, a organização, a mobilização, as oportunidades e as ações coletivas propriamente ditas (1978). Tilly busca em seus estudos superar as dicotomias ação × estrutura, ação × contexto, criatividade × determinação, demarcando, de um lado, a capacidade de agenciamento e a criatividade dos indivíduos — porque o agir conjunto não se resume a uma resposta às condições vivenciadas — e, de outro, enfatizando os constrangimentos estruturais que limitam as possibilidades da ação coletiva. No capítulo quatro iremos destacar a influência desta abordagem na América Latina, principalmente na nova onda de análise das "mobilizações" e da construção de oportunidades.

A seguir passamos à análise do desenvolvimento histórico destas teorias, até chegarmos a um certo estado da arte na atualidade.

## 2. A construção das teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais

Na Europa, a onda dos novos movimentos sociais, a partir dos anos 1960-70, foi a responsável pelo surgimento de abordagens que designaram os movimentos sociais como tema central de inúmeras investigações. Destacaram-se os trabalhos de Castells (1974) e Borja (1975), com ênfase nas contradições sociais no urbano e no surgimento de movimento de *pobladores*, de cidadãos/moradores etc., fazendo uma releitura da questão urbana tal como tinha sido tratada pela escola de Chicago. A França, a Itália e a Espanha passaram a ser os países produtores de estudos de ponta sobre os movimentos sociais. Touraine, que já trabalhava com o tema desde os anos 1950, enfocando a classe operária, passou a

estudar os estudantes, os movimentos antinucleares, os movimentos terroristas, os grupos de solidariedade, os movimentos latino-americanos, o movimento de jovens na França (atualmente estuda os movimentos das mulheres: 2007a). A partir de seu trabalho *Sociologie de la action* (1965), Touraine teorizou sobre os movimentos sociais e é um dos autores com maior volume de produção a respeito: desde a década de 1960 construiu uma longa trajetória de pesquisa registrada em mais de trinta livros.

No final dos anos 1970 e durante toda a década de 1980 surgiu uma nova fonte de estudos sobre os movimentos sociais: os populares urbanos nos chamados países do terceiro mundo, especialmente na América Latina. No Brasil, apresentando em cena novos atores (SADER 1988), novas problemáticas e novos cenários sociopolíticos, mulheres, crianças, índios, negros e pobres em geral se articulam com clérigos, intelectuais e políticos da esquerda, gerando ações coletivas que foram interpretadas como a nova "força da periferia" (GOHN 1985), realizando "uma revolução no cotidiano" (KRISCHKE, SCHERER-WARREN 1987). Na época, destacaram-se também os trabalhos de J. A. Moisés (1982), T. Evers (1984), Machado da Silva e Ribeiro (1985), L. Valladares e Boschi (1981), Barreiro (1992), A. Doimo (1995), P. Jacobi (1989) etc. Alguns autores, como L. Kowarick (1975), Paul Singer e Vinícius C. Brant (1981), Francisco de Oliveira (1972) e Cardoso (1983), foram fundamentais para dar suporte teórico aos pesquisadores sobre os movimentos populares no Brasil com o desenvolvimento dos temas da marginalidade, da crítica à razão dualista, das novas configurações da periferia urbana, da importância das relações com o Estado etc. Apesar de alguns esforços quanto ao tratamento conceitual (CAMACHO 1985), a maioria dos estudos foi histórico-descritivo e pouco interpretativo. Paralelamente, na Europa surgiram novas ondas de movimentos sociais sobre ecologia/meio ambiente, antinucleares, pela paz, de estudantes e das mulheres etc., dando origem ao que Offe denominou um novo paradigma da ação social (1987).

Chegamos, portanto, aos anos 1980 com um panorama mundial das formas de manifestações dos movimentos sociais bastan-

te alterado. Progressivamente, as lutas armadas na Ásia, na América Latina e na África e o próprio movimento operário, todos fortemente estruturados segundo a problemática dos antagonismos entre as classes sociais, deram lugar a outras problemáticas sociais, enquanto eixos centralizadores das lutas sociais. Passou-se pelas revoltas dos negros nos Estados Unidos e o movimento pelo direitos civis; pelas rebeliões estudantis nos anos 1960, juntamente com a emergência de uma série de movimentos étnicos; pela estruturação dos movimentos feministas conjuntamente com a construção da problemática do gênero; pelas revoltas contra as guerras e armas nucleares; assim como pela constituição do movimento dos *pobladores* ou moradores, ou simples cidadãos, na cena política da América Latina e Espanha. O movimento ecológico surgiu e cresceu sobretudo na Europa, principalmente na Alemanha. Tudo isso levou à consolidação do paradigma e das teorias culturalistas dos novos movimentos sociais, centrados no eixo da identidade. É interessante registrar também que na onda de crescimento do movimento ecológico os verdes/ambientalistas estavam entre as muitas lideranças estudantis dos anos 1960, a exemplo de Daniel Cohn-Bendict, líder do movimento de Maio de 1968 na França.

Nos anos 1980 deve-se destacar ainda a revisão ocorrida nas teorias focadas na análise institucional, especialmente a da mobilização de recursos e o debate que ela trava — por meio de análises comparativas — com as teorias da identidade coletiva. Os trabalhos que se destacam nesta fase são de Cohen (1985) e Gamson (1975) e dois outros que foram publicados nos anos 1990: Morris e Mueller (1992) e Tarrow (1994). Este último influenciará, no novo século, vários analistas do Brasil e da Argentina na análise das novas ações coletivas locais. Para Tarrow, os movimentos sociais ocorrem quando as oportunidades políticas se ampliam, quando há aliados e quando as vulnerabilidades dos oponentes se revelam. Tarrow articulou uma série de categorias já desenvolvidas por outros autores da corrente organizacional, tais como repertórios de contestação, redes sociais, quadros culturais, pontos focais etc., para explicar o cenário das oportunidades políticas. Ou seja, os utilitaristas e

a teoria da escolha racional deram-lhe elementos para explicar o surgimento e a dinâmica dos movimentos sociais.

Progressivamente nos anos 1990 altera-se o cenário das lutas sociais e o quadro de análises sobre os movimentos sociais. A produção teórica desloca sua atenção para um outro sujeito social que esteve meio oculto durante a fase de apogeu dos movimentos sociais no terceiro mundo, em especial na América Latina: as organizações não-governamentais (ONGs) e as organizações do terceiro setor. Alguns autores passaram a tratar os novos sujeitos como sinônimo dos movimentos, ou manifestação ampliada; outros aproveitaram a emergência das ONGs para desqualificar os movimentos, como uma manifestação de grupos do passado, e só tratar do terceiro setor como a forma moderna e hegemônica de associativismo na sociedade. Outros ainda, de forma criativa e inovadora, retomaram os estudos sobre os movimentos sociais de forma distinta, enquanto fenômenos de uma nova sociedade civil que passa por processos de institucionalização — Arato e Cohen (1992) e J. Hall (1995), retomando premissas de Habermas (1981, 1983, 1985), construídas portanto já nos anos 1970 e desenvolvidas posteriormente na teoria da ação comunicativa, em que a comunicação é entendida como um processo de interação compartilhada. O conceito de ação social recuperado de Habermas baseia-se em suas elaborações sobre o mundo da vida e as normas práticas discursivas. Essas práticas, voltadas para o entendimento e a formação do consenso, do entendimento e da cooperação, são formuladas no agir comunicativo por meio da linguagem. Elas contêm certas estruturas de uma rationalidade comunicativa, que remete à noção de ação social emancipatória. A construção de uma rationalidade emancipatória se dá no contexto de antagonismos entre o mundo da vida — orientado pelo agir comunicativo — e o mundo sistêmico — orientado pelo agir instrumental.

No contexto da teoria habermasiana os movimentos sociais são abordados numa dupla perspectiva: primeiro como expressão de rationalização comunicacional; já que têm a capacidade de produzir novos significados e novas formas de vida e ação social, eles colocam em questão a validade dos padrões existentes do mundo da vida

e ampliam o espaço público. Segundo: eles oferecem resistência à colonização no mundo da vida por mecanismos sistêmicos de rationalização, econômicos e políticos, que anulam processos de comunicações (ver RENON, in OUTHWAITE e BOTTOMORE et al. 1996, p. 502).

Os paradigmas e teorias que foram se tornando hegemônicos a partir dos anos 1990, com a crise das esquerdas, do marxismo e dos modelos socialistas do Leste europeu, deixaram como saldo um certo abandono das teorias macroestruturais que enfatizavam a problemática das contradições sociais e viam nas lutas e nos movimentos em geral, e no operário/sindical em especial, um dos fatores de acirramento daquelas contradições. As referências passaram a ser não os sujeitos históricos predeterminados, com alguma vocação ou missão a desempenhar — como a categoria dos operários, por seu lugar na estrutura de produção, ou a categoria das classes populares, coletivo socialmente heterogêneo em termos da inserção no mercado de trabalho, mas homogêneo em termos de demandas sociais, modo de vida e consumo restrito. As novas referências serão os pobres e os excluídos, apartados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho. A grande tarefa política será incluí-los — tarefa que se desdobrará ao longo da década de 1990 e no novo milênio por meio de políticas sociais compensatórias ou práticas que destacam a justiça social e eqüidade. Substituiu-se a ênfase nos processos de exclusão para a busca de processos e mecanismos de inclusão social; o velho conceito de integração social voltou a ser acionado, assim como outros da escola de Chicago e dos interacionistas, tais como mobilidade social, vínculos e laços sociais.

Habermas, Claus Offe, Bobbio e Adam Przeworski passaram a ser os autores que influenciavam as novas análises sobre os movimentos sociais. Destacavam a questão do agir comunicativo presente nas ações dos movimentos e suas possibilidades de geração de novas formas de relações e de produção, contribuindo para resolver problemas de produtividade ou de impasses em áreas econômicas em crise apontados por Habermas. As possibilidades que os "novos" movimentos sociais encerravam em termos de novas propostas que indiciam numa nova qualidade de vida, analisadas por Offe, passaram

a se constituir em matrizes explicativas fundamentais. Bobbio será a fonte mais citada sobre as formas da democracia, e o debate sobre essas formas ganhará centralidade no novo milênio. Mas o grande tema colocado em pauta será o da esfera pública, tratado por Arendt e Habermas e outros. As mudanças operadas no seio da sociedade capitalista no pós-guerra e o novo papel do Estado, com suas políticas de cunho neoliberais, foram as contribuições de Przeworski que os analistas utilizarão como quadro referencial para entender as mudanças nos cenários nos quais os movimentos se desenvolvem.

No plano das análises, os anos 1990 destacarão outras categorias básicas, tais como cidadania coletiva, exclusão social e globalização ou mundialização. A primeira, já presente na década anterior, apresentará como novidade o pensar em relação ao exercício da cidadania em termos coletivos, de grupos e instituições que se legitimaram juridicamente a partir de 1988 e que tiveram de desenvolver um novo aprendizado, pois não se tratava apenas de reivindicar, de pressionar ou demandar. Tratava-se então de fazer, de propor, de ter uma participação qualificada, já que o lugar da participação está inscrito em leis, é uma realidade virtual. A segunda, relativa à exclusão, decorre das condições socioeconômicas que passam a ser imperativas, causadas pelas políticas da globalização que já estavam desenhadas, de desemprego e reestruturação do mercado de trabalho. Resultam deste cenário de restrições situações que Durkheim caracterizaria como anomia social: violência generalizada, desagregação da autoridade estatal, surgimento de estruturas de poder paralelas etc. As análises enfatizarão os efeitos destes sistemas de desagregação social sobre as estruturas organizativas da população. A globalização econômica e o novo cenário que desenham no mundo serão o grande pano de fundo das análises. A globalização levará a novas categorias, como mundialização, planetarização e o destaque para as análises que falavam num sistema-mundo (WALLERSTEIN 1989), em sociedade mundial e sociedade dos indivíduos (ELIAS 1994) etc.

Na literatura internacional, nos anos 1990, o tema dos movimentos sociais continuou a ser fonte de produção contínua. Encontramos títulos de livros específicos sobre os movimentos sociais, como

os de Eyerman e Jamison (1991) e Eckstein (1989); os temas se deslocaram para os "protestos sociais" (JENKINS e KLANDERMANS 1995; ANDRIAN e APTER 1995; FILLIEULE 1993; TARROW 1994), os "grupos políticos e políticas públicas" (PROSS 1992) e os "grupos de pressão" (RICHARDSON 1993; OFFERLÉ, 1994). Formularam-se teorias sobre a questão dos "direitos sociais" (INGRAM 1994). Em 1992, Sztompka irá analisar os movimentos como agentes de mudança social, dedicando-lhes um extenso capítulo em seu livro *A sociologia da mudança social* (1998). A categoria "ação social" voltou a ter centralidade nos estudos, gerando simpósios internacionais (ver Anais: *Les formes de l'action*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1993, vols. 1 e 2), assim como redefinindo o nome de grupos de estudo e pesquisa, como o da ANPOCS — Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais. Paralelamente, a teoria elaborada pelas feministas sobre as mulheres e as relações de gênero passaram a ter espaço demarcado na produção mais geral sobre os movimentos sociais (ver FRASER 1999 e YOUNG 1996). Também os ambientalistas e outras categorias sociais em busca de reafirmação de processos de diferenciação social, como os grupos em luta pela identidade étnica, emergiram no cenário das reflexões teóricas.

Ainda nos anos 1990, no plano internacional, alguns autores abandonaram o tema ou deixaram de influenciar os estudantes do assunto, redefinindo-o segundo a nova ordem de um mundo globalizado, tratando das redes sociais, como foi o caso de Castells (1997); tornaram-se mais pessimistas em relação aos movimentos e reviraram posições, a exemplo de Habermas; outros, além de persistir na temática, avançaram no sentido de clarear sua especificidade em relação a outras formas emergentes de ação colegiadas, como Tournaine (1994, 1997, 2005 e 2007a e b), Melucci (que faleceu precocemente em 2002), Tarrow (1994), Lyman (1995) etc.

Surgiram também no final do século XX e início do XXI novos referenciais para explicar a teoria sobre os movimentos sociais, como a teoria do reconhecimento social, em Axel Honneth (2003) e N. Fraser (2001 e 2007), os trabalhos de Boaventura de Souza Santos (2000) sobre a questão do multiculturalismo e o progressivo

deslocamento na ênfase de suas pesquisas para os movimentos sociais, como um sujeito também presente no Estado, e as novas gramáticas do poder (Santos, 2000, 2002 e 2006). Hardt e Negri (2000 e 2005) passaram a ser um dos grandes referenciais teóricos e ideológicos das lutas anti ou alterglobalização. Dussel (2002) contribui para novos olhares sobre os movimentos sociais ao analisar uma pedagogia crítica que contribui para a emancipação dos oprimidos, numa abordagem que une Paulo Freire, a escola de Frankfurt, especialmente Marcuse, análises de Freud, Nietzsche e Lévinas etc. para criar uma ética da libertação a partir da construção da identidade das vítimas. A ética da libertação realiza-se com a consciência ética de ser vítima, ela se transforma em sujeito pela comunidade

Outros destaques no campo teórico de novas categorias de análise foram as diferenças culturais tratadas por François Dubet ao construir uma "sociologia da experiência" (1994), a teorização de R. Putnam sobre a participação cívica e a teoria do capital social (1996 e 2000) e a elaboração por Bauman (2001) de vários estudos críticos sobre a comunidade. Na realidade, a influência maior desses autores na produção brasileira sobre os movimentos sociais irá ocorrer no novo milênio, especialmente com os trabalhos de Honneth e Santos (por isso retomaremos abaixo esses dois autores). Pierre Bourdieu ressurgiu na cena sociológica com suas análises das práticas sociais e publicou *A miséria no mundo* (1997), tornando-se uma das referências para o movimento antimundialização. Sua morte no início do novo milênio interrompeu uma linha criativa, centrada nas práticas culturais populares.

No novo milênio surgiram também novidades na produção teórica da parte de autores já consagrados na área — como Touraine, que passou a enfatizar o papel das mulheres, colocando em cena a visibilidade de mulheres invisíveis, como as muçulmanas (TOURAIN 2007a). Castells (2001) aprofundou a análise sobre os efeitos da Internet e outras mídias sobre a sociedade e o mundo dos negócios. Alexander (2006) passou a focalizar a esfera pública. C. Tilly e S. Tarrow (2005, 2006) analisaram os efeitos das identidades criadas pelos movimentos em relação aos laços sociais, aos processos de democratização, à relação desigualdade e identidade etc.

S. Tarrow (2006) analisou, junto com Tilly, várias disputas políticas, distúrbios, lutas sociais e ciclos de protestos em várias partes do globo. Klandermans (2007) acrescentou ao modelo culturalista de análise dos movimentos sociais a questão das emoções e sua importância para determinar o fator de pertencimento a um grupo social. Canclini (1997a e b) e Badiou (2002) buscaram uma nova teoria do sujeito e aprofundaram as análises culturalistas. As análises pós-estruturalistas tiveram em E. Laclau (2005 e 2006) um de seus principais representantes. A abordagem fundamentada no pragmatismo de Rorty ampliou-se no Brasil. Após quatro décadas de pesquisa, C. Tilly publicou um novo livro, *Social Movements* (2004), onde formulava novamente a pergunta clássica que atormenta os intelectuais norte-americanos há décadas: "Como, quando, onde e por que as pessoas comuns fazem reivindicações coletivas às autoridades públicas e demais detentores do poder, competidores, inimigos e outros objetos de desaprovação popular?" (2004, p. IX). Tilly concebeu a dinâmica de mobilizações dentro de quadros históricos abrangentes, buscando o sentido das ações coletivas. Interpretou-as dentro de conjunturas do Estado-nação, afirmando que, entre os séculos XVII e XIX, as ações significam reações dos indivíduos e grupos às condições estruturais impostas (revoltas contra taxas, impostos, terras, desapropriações, desarmamentos etc.). Nos séculos XX e XXI, as ações coletivas referem-se usualmente às lutas pela redistribuição da renda e outros serviços sociais coletivos sob o controle de grandes organizações — governamentais ou privadas. Em abril de 2008, Tilly faleceu de doença grave, interrompendo um trabalho fantástico de décadas sobre os movimentos e as ações coletivas.

Na prática concreta, a grande novidade que alimentou a produção teórica do novo milênio foram os movimentos sociais globais. O primeiro que ocorre à mente de todos é o Fórum Social Mundial — FSM. Mas ele é um deles apenas. Ocorre que todos os movimentos sociais terão de enfrentar o dilema de atuar, agir no cotidiano, mas pensar globalmente, porque são "empurrados" para este novo contexto. Os transgênicos não entraram na agenda dos movimentos rurais por mero diletantismo ou necessidade própria — foi a con-

juntura histórica que levou a esta luta, à articulação espaço-tempo, vida cotidiana e movimento social. Domingues (2004) tem razão ao afirmar que "os movimentos sociais globalizados ou globalizantes do período contemporâneo evidenciam exemplarmente essa articulação e como distintos espaços-tempo se imbricam enquanto dimensões de distintos sistemas sociais" (2004, p. 228).

Faltam ainda aos movimentos globalizantes ou altermundialização produções teóricas mais profundas, embora o volume de publicações resultado de estudos seja razoável (ver McDONALD 2006; COHEN, RAI, 2000; WATERMAN, 1998). O material empírico é vasto, porque uma das diretrizes dos Fóruns é justamente atuar e publicizar seus atos simultaneamente. Mas há muitos *slogans* e ideologias e pouca ou nenhuma teoria. Só com teorias não se muda a realidade, mas sem elas também não há mudança significativa, emancipatória. Pode haver deslocamentos, mais do mesmo, em outro lugar.

### capítulo III Novas teorias sociais contemporâneas sobre os movimentos sociais

#### 1. O que está em questão nas novas teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais

A discussão sobre os movimentos sociais na contemporaneidade insere-se num campo mais amplo, o da crise da modernidade e emergência de novas formas de rationalidades. Há mais de dez anos o debate teórico nas ciências humanas tem dado destaque à crise do paradigma dominante da modernidade, às transformações societárias decorrentes da globalização, às alterações nos padrões das relações sociais, dado o avanço das novas tecnologias, e às inovações que têm levado ao reconhecimento de uma transição paradigmática. Isso tudo tem levado à rediscussão dos paradigmas explicativos da realidade e à crítica à produção científica do último século, fundada na rationalidade da razão e na crença no progresso e no crescimento econômico a partir do consumo (SANTOS 2000; TOURAINE 1994a; MIGNOLO 2003 etc.). O filósofo italiano Gianni Vattimo, em 1985, já afirmava que a modernidade "está concluída". Algum tempo depois Ulrich Beck (1988) alertava para a sociedade de risco e a dissolução da sociedade industrial na modernidade da época. Maffesoli (1992) analisou a tribalização do mundo e a transfiguração do político, num tempo de descrença de grandes ideais e desabamento das utopias clássicas, gerando um horror social,

impulsionado pelo pragmatismo econômico. Alguns autores, analisando os países hoje tidos como emergentes, na época chamados de terceiro mundo, falaram da crise de uma "modernidade tardia" (SZTOMPKA 1998). O que se observa de fato é que o debate sobre a "crise da modernidade" trouxe à tona a questão da racionalidade e o questionamento da racionalidade científica como a única legítima. Outras dimensões da realidade social, igualmente produtoras de saberes, vieram à tona, tais como as advindas do mundo das artes, do "mundo feminino" das mulheres, do corpo das pessoas, das religiões e seitas, da cultura popular, das aprendizagens cotidianas pela via da educação não-formal. E estas outras racionalidades estão predominantemente presentes no campo das experiências de participação em lutas e movimentos sociais, culturais etc.

Certamente a discussão sobre os paradigmas do conhecimento não se circunscreve ao campo acadêmico. Ela associa-se diretamente ao tema do poder e articula-se a outro debate polêmico: o da colonialidade do saber — discute-se, entre outras coisas, as relações de dominação entre o Norte e o Sul no mundo. O tema remete também à discussão sobre a produção/reprodução das relações sociais entre os indivíduos, grupos e movimentos da sociedade, sobre as formas como vivem, interagem, reproduzem-se, atribuem sentidos às suas experiências, produzem sua cultura, fundamentam teórico-ideologicamente seus projetos de vida e de sociedade. A discussão está também imbricada no campo das políticas públicas, na forma como se elaboram as políticas institucionais que buscam normatizar e regular as relações entre sociedade civil e sociedade política.

A produção teórica no novo milênio defronta-se com novas demandas e novos conflitos e formas de organização, todos gerados pelas mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, genericamente circunscritas como efeitos da globalização, em suas múltiplas faces. Novíssimos sujeitos entram em cena, como os movimentos sociais anti ou alterglobalização. Várias lutas sociais se internacionalizam rapidamente, novos conflitos sociais eclodem, abrangendo temáticas que vão da biodiversidade, do biopoder, de lutas e demandas étnicas (alguns autores chegam a separar o termo movimento social de movimento in-

dígena) às lutas religiosas de diferentes seitas e crenças. Um sujeito coletivo passa a dominar o cenário desses conflitos, o imigrante, este pária desterrado que ora é exaltado na história dos países como construtor de uma nação ora execrado como a fonte de problemas sociais e políticos. Seus direitos culturais são ignorados ou punidos.

No final do século XX e início deste milênio o tema dos movimentos sociais retoma um lugar central no plano internacional como objeto de investigação por intermédio do movimento anti-globalização, de uma nova perspectiva: como movimento global que rompe as barreiras das nações e se torna não apenas internacional, mas transnacional. A ênfase está nas redes que constroem, e os fóruns que realizam são seus momentos principais de visibilidade (ver FARRO 2003; MACDONALD 2006; GOHN 2005, 2007b; TARROW 2005). Organizações terroristas e movimentos de fanatismo religioso também passam a ocupar a atenção dos pesquisadores (GOODWIN 2003). Mas a agenda de pesquisas sobre os movimentos sociais não é retomada apenas com os temas globais. Ações comunitárias locais também ganham destaque tanto no plano internacional como no Brasil (HAMEL 2003; OBERSCHALL (2007); PUTNAM 2000; GOHN 2007c; SCHERER 2006). As redes temáticas de pesquisas formam-se ou se adensam, e o tema dos movimentos sociais deixa de ser objeto de pesquisa apenas da academia. Organizações não-governamentais (ONGs) e outras entidades do terceiro setor, assim como entidades do poder público administrativo, iniciam pesquisas empíricas sobre alguns movimentos sociais a fim de obter dados para seus planos e projetos de intervenção na realidade social. Elas também patrocinam cursos, seminários e encontros de movimentos sociais com estudiosos e pesquisadores. A produção gerada é de natureza estratégica instrumental — visa, prioritariamente, informar as ações de intervenção junto a grupos organizados (ver TORO 2007), mas se constitui numa grande fonte de dados para a pesquisa. A revisão ou retomada de uma reflexão sobre os movimentos populares das décadas de 1970 e 1980 aparece em estudos de intelectuais e assessores dos movimentos naquele período, sendo também uma grande fonte de memória e registro histórico, a exemplo de Wanderley (2007).

As categorias de análise também se alteram: redes sociais passam a ter, para vários pesquisadores, um papel até mais importante do que o movimento social. Mas eles as redefinem para redes de mobilização social. A questão da emancipação social persiste, mas restrita a alguns teóricos e não mais sob o crivo exclusivo da abordagem marxista. Território passa a ser uma categoria ressignificada e uma das mais utilizadas para explicar as ações localizadas, mas é uma nova concepção de território — distante da geografia tradicional que a confundia com o espaço físico. Território passa a se articular com a questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado, e, de outro, pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia. A globalização provoca a desnacionalização, e outros atores, além do antigo Estado-nação, participam da disputa pelos territórios. As novas tecnologias digitais também entram como fator de mediação para a apropriação de direitos e autoridade sobre ele (ver SASSEN 2006). Território agora passa a ser visto também sob a óptica de um ativo sociofinanceiro, porque é fruto de um conjunto de condições, predominando o tipo de relações sociais e produtivas que são desenvolvidas onde ele se localiza. Classe social, raça, etnia, grupos religiosos, recursos e infra-estrutura passam a ser indicadores para a análise de um território e seus conflitos. Territórios com pilares de sustentação criados a partir da diversificação da estrutura produtiva local, e com uma desconcentração desta base produtiva, tornam mais flexíveis as adaptações necessárias às mudanças exteriores, assim como o desenvolvimento de políticas de mobilização social, necessárias às novas políticas de inclusão social. Inclusão social substitui a categoria exclusão como objeto de estudos e pesquisas, num movimento contraditório que acompanha a ênfase nas novas políticas sociais. A categoria mobilização social, sempre subordinada a outras na análise do social, ganha vida, significado e dinâmica própria, como demonstraremos no capítulo quatro na análise do cenário na América Latina. O universo das categorias marxistas fica restrito a alguns autores. Justiça social, igualdade, cidadania, emancipação, direitos etc. passam a dar lugar a outras

categorias, como capital social, inclusão social, empoderamento da comunidade, auto-estima, hibridismo, responsabilidade social, sustentabilidade, vínculos e laços sociais etc.

Na realidade, em sua maioria, os analistas que utilizam as novas categorias não estão preocupados com a análise dos movimentos sociais clássicos ou que atuem sobre os conflitos sociais. Sua preocupação é com as novas mobilizações estimuladas por programas e projetos sociais construídos por ONGs, fundações ou por políticas públicas. Capital social, por exemplo, passa a ser ressignificado como força potencial de agregação para a realização de ações coletivas, ações que possam alterar hábitos e comportamentos ou criar novas relações entre os indivíduos que os levem a resolver seus problemas econômicos por conta própria, numa cooperativa por exemplo. A categoria deixa de ter o sentido que Bourdieu lhe atribuiu — como conjunto de relações sociais importantes nas sociedades não-capitalistas —, já que para ele, no capitalismo, o importante é o capital econômico aliado ao capital cultural, e não mais ao capital social — uma categoria mais ligada ao *status social*.

A tensão nas análises continua: entre uma teoria das estruturas ou uma teoria das ações sociais; entre estrutura de um sistema, ou totalidade, ou agente de uma ação social; entre teorias macro e micro, global e local, objetividade e subjetividade etc. Mas as novas clivagens ao redor das questões de gênero, idade, raça e etnia levam o pêndulo das análises para o lado dos culturalistas identitários. Klandermans e Johnston já anunciam esta tendência em 1995, quando publicaram *Social Movements and Culture*. Ann Swidler, uma das autoras daquela coletânea, associou os movimentos sociais ao desenvolvimento de inovações culturais, e depois à questão de gênero. Aspectos da subjetividade e dimensões da cultura de um grupo ou das pessoas têm sido os eixos analíticos predominantes neste século. Identidade passa a ser uma categoria utilizada com múltiplos sentidos e significados, da identidade jurídica à identidade cultural; da identidade formada por características dos atores a identidades criadas em processos relacionais e estimuladas por políticas públicas que normatizam regras de pertencimento;

identidades políticas/nacionais se cruzam com pertencimentos étnicos, religiosos e culturais. Identidade é vista como força e resistência, assim como fonte de conflitos, é também elemento de construção de emancipações.

Lentamente, neste novo século, com o agravamento da questão social em virtude de desigualdade social, miserabilidade provocada pelo neoliberalismo e retorno pouco eficaz das políticas focalizadas de inclusão social, passa a ocorrer um retorno da categoria classe social, para resolver a questão social. Para caracterizar aqui classe social, toma-se por medida não apenas renda econômica, mas também recursos educacionais, culturais, acesso e forma de vida, moradia, consumo etc. Ou seja, o micro e o macro se juntam, num movimento próximo ao já postulado por Alexander nos anos 1990. A perda da centralidade da categoria trabalho vai sendo percebida na realidade como perda de empregos formais e geração de um oceano de trabalhos no campo da informalidade, ou de empregos sem direitos sociais, mas com outras formas de relações sociais, como nas cooperativas. O campo das necessidades humanas se desdobra nas necessidades materiais e simbólicas — que levam às lutas pelo reconhecimento. Alguns autores, como Honneth, destacam o reconhecimento no campo do *self*, do indivíduo (tema que retomaremos adiante). Outros, como Fraser, afirmam que a luta pelo reconhecimento é uma luta cultural. Observamos nestes últimos autores citados uma ampliação da teoria crítica — que sempre gerou conhecimento por meio das polêmicas que pautou no mundo do debate intelectual.

Podemos sistematizar as abordagens deste milênio sobre as ações coletivas e os movimentos sociais ao redor de alguns eixos-chave, a saber: os novos requerimentos da modernidade e a redefinição do sujeito racional de forma a incorporar as identidades culturais (TOURAINE 2005; MELUCCI 2001); a busca de um sujeito que articule o global com o local (GIDDENS 1989 e 1997); a democracia e suas formas — com destaque para a democracia participativa e a deliberativa —, e as formas de resistência comunais — os movimentos sociais devem vincular valores autônomos surgidos

nos movimentos locais (CASTELLS 1996, 1997, 1998, 2001; SANTOS 2006; GARRETÓN 2006; QUIJANO 2004). Políticas da identidade e das diferenças são destacadas por Laclau (2006) e Mouffe (2000). Os temas da autonomia e da emancipação retornam, agora com argumentos de Castoriadis (1975) e Adorno (2003). O tema da democracia em escala global, dominada pelo "império" — nova forma global de soberania —, é tratado por Hardt e Negri (2000 e 2005), que utilizam o conceito de multidão, elaborado por Riesman em 1961. Eles afirmam que esse conceito é melhor que povo, classes ou massas para explicar as ações coletivas na era da sociedade globalizada. Eles vêem possibilidades de criar uma sociedade global alternativa, autônoma, a partir das novas formas de lutas sociais que surgem, como as lutas no campo da biodiversidade, que estariam gerando um biopoder (NEGRI, COCCO 2005).

Um breve olhar sobre a produção teórica de alguns dos autores citados acima é útil para o entendimento dos novos eixos e clivagens teóricas.

## 2. A contribuição de alguns autores e a questão da democracia deliberativa

Laclau torna-se referência na perspectiva pós-estruturalista, retomando a discussão sobre a teoria da hegemonia, questionando o tema da homogeneidade e reafirmando o papel da heterogeneidade para um discurso emancipatório que reafirma as identidades culturais. Em todas essas perspectivas, o sujeito da ação coletiva é destacado. O movimento é um sujeito coletivo. Segundo Amaral e Burity, as abordagens pós-estruturalistas "assumiram com força a importância da linguagem, da produção de sentido, do simbólico, do discurso, para a constituição e a transformação da realidade social" (2006, p. 57). Mas há também as abordagens que adotam a perspectiva dos indivíduos, da subjetividade deles como eixo explicativo das ações coletivas. Nestas últimas a questão do sujeito coletivo ou individual não se coloca, o que importa é a ação dos indivíduos enquanto atores sociais. São

correntes que bebem, de certa forma, na mesma matriz, a da análise psicossocial. São exemplos delas vários estudos atuais baseados no interacionismo simbólico e na etnometodologia de Garfinkel (1974).

Axel Honneth torna-se uma referência importante no estudo dos novos movimentos sociais relacionados à temática da identidade e do reconhecimento. Embora ele cite e analise alguns movimentos sociais, está mais preocupado em entender as ações sociais onde os acontecimentos históricos ocorrem, os conflitos sociais e as redes de interações de lutas sociais, e os processos de interpretação e entendimento dessas lutas por seus participantes, enquanto sujeitos da ação, para analisar a orientação prática dos grupos sociais. Tendo como base uma abordagem psicossocial, ele desenvolve uma teoria da luta por reconhecimento a partir de premissas de Hegel e do interacionismo simbólico de George Mead (1976, p. 218-225). Considerado um dos fundadores do interacionismo como uma escola de pensamento sociológico, Mead afirmou que a autoconsciência de um sujeito ocorre quando ele consegue perceber sua própria ação na perspectiva do outro. Este outro deve reconhecer-l-o também de forma a estabelecer um reconhecimento mútuo. Quando isso ocorre, aprendem-se os direitos e deveres do grupo, internalizam-se as normas morais de condutas. Com base em Mead e nas formas de reconhecimento de Hegel (amor, direito e solidariedade), Honneth elabora o que denomina forma de reconhecimento recusado (nos âmbitos físico, moral e social dos indivíduos) e constrói uma teoria sobre os efeitos do não-reconhecimento, que leva a ações coletivas de protesto ou resistência. Portanto, bases cognitivas, decorrentes de experiências práticas, no plano da moral, que resultaram em sofrimento, punição e/ou desrespeito estariam nos fundamentos explicativos das ações coletivas. Barrington Moore já tinha publicado no século XX nessa mesma linha, ao escrever sobre as injustiças como base das revoltas sociais (MOORE 1987). Honneth destaca que o sentimento de injustiça indica problemas de não-reconhecimento, mas a solução só advém com uma articulação política, uma luta, um movimento propriamente dito. Só com o movimento social o sentimento de injustiça passa a ter relevância política.

A teoria das privações dos interacionistas simbólicos das primeiras décadas do século XX é retomada com todo vigor. Honneth diz que o que é aceito como justo entre os indivíduos expressa-se por meio da linguagem, que cria uma gramática moral. Essa gramática determina quais são os direitos de um grupo. Honneth supera J. Rawls (1971), que localizou o reconhecimento a partir de instituições políticas. Ele também vai muito além das explicações dos teóricos norte-americanos da teoria da mobilização de recursos, ao destacar o campo psicossocial como fonte para o entendimento da ação dos indivíduos. Honneth considera que no caso de revoltas e conflitos não se trata de simples cálculo racional baseado na lógica custo-benefício para atingir interesses negados ou não-acessíveis. Não se trata de uma perspectiva utilitarista das lutas sociais. Há sentimentos de pertencimentos compartilhados que unem aqueles que não foram reconhecidos. As motivações para a participação ou identidade com conflitos e lutas sociais decorrem da memória de experiências morais de desrespeito, de privação de direitos que criaram fraturas morais. Os conflitos sociais provêm também de experiências morais, e não somente de relações de poder, interesses divergentes ou de uma ordem natural livre de interpretações morais. Nesta última abordagem, Honneth segue C. Taylor (1997), que diz que as instituições e as práticas sociais sempre reproduzem uma auto-interpretação, que está na base de nossas auto-interpretações e das interpretações que fazemos da sociedade em que vivemos. Por isso, as instituições não são neutras, os critérios meritocráticos e igualitários também não existem.

Os conflitos têm, portanto, para Honneth, um papel educativo na sociedade: eles indicam as áreas em que não há respeito ao outro, não há reconhecimento do outro como um igual, e os problemas daí decorrentes. O reconhecimento seria uma luta por ampliação de direitos. Ao lutar por sua auto-realização e seu reconhecimento, os indivíduos estão trabalhando sobre e com os conflitos existentes. Os movimentos sociais surgem dessas relações de conflito. Eles são parte da luta por reconhecimento.

Nos anos 1990 houve uma polêmica entre Honneth e N. Fraser quando esta última afirmou que há movimentos sociais que não se estruturam em função de uma necessidade (que sempre desemboca na questão do *self*), mas se localizam no campo da justiça redistributiva. Honneth afirma que Fraser se apoiou em C. Taylor, que viu uma cronologia das lutas sociais na sociedade capitalista — primeiro as lutas para alcançar a igualdade social por meio de políticas de redistribuição das necessidades materiais, depois as lutas por reconhecimento da dignidade pessoal de todos os indivíduos. Honneth esclarece que as lutas por reconhecimento têm raízes de pelo menos 200 anos, e as lutas pela distribuição de bens materiais não são derivadas apenas das relações de produção, elas podem ter também origens em dispositivos socioculturais. Honneth conclui que o conceito do trabalho na sociedade atual precisa ser ampliado (HONNETH, in SOUZA, MATTOS 2007, p. 79-94).

N. Fraser, entretanto, contribui muito no debate sobre redistribuição e/ou reconhecimento, ao questionar algumas premissas de Honneth com o intuito de romper com o modelo padrão de "identidade" do reconhecimento. Ela afirma:

Nesse modelo, o que exige reconhecimento é a identidade cultural específica do grupo. O não-reconhecimento consiste na depreciação de tal identidade por parte da cultura dominante e o consequente dano à razão de ser dos membros do grupo. Remendar esse dano significa exigir "reconhecimento". Isso, por sua vez, exige que os membros do grupo se unam para remodelar sua identidade coletiva ao produzir uma cultura própria de auto-affirmação. Assim, no modelo de identidade do reconhecimento, a política do reconhecimento significa "política de identidade" (FRASER 2007, p. 116).

A autora acha este modelo problemático, porque faz a imposição de uma identidade única do grupo, ignorando fluxos transculturais, mascarando o poder das frações dominantes e a dominação intragrupal encontrada em certas formas repressivas de comunitarismo. Para fugir desses dilemas, Fraser trata o reconhecimento como uma questão de *status social*. Isso significa uma política que supere a subordinação e coloque o grupo não-reconhecido como membro efetivo da

sociedade, capaz de participar no mesmo nível. Fraser argumenta que sua análise sobre o reconhecimento trata-o como questão de justiça, de moralidade, e não de "boa-vida" ou de ética. Essas questões são interessantes e pertinentes quando nos lembramos do debate sobre as "cotas" aos afrodescendentes e outras minorias no Brasil.

Z. Bauman (2001 e 2005) é outro autor que trata da questão do reconhecimento e que passou a ter grande influência nas análises sobre as ações coletivas no Brasil, a partir dos anos 1990. Bauman considera que as demandas por reconhecimento devem ser analisadas pelo prisma da justiça social e não a partir de indivíduos ou grupos isolados, em luta por auto-reconhecimento e realização de uma identidade. Juntamente com N. Fraser, Bauman articula a questão do reconhecimento ao campo da justiça redistributiva. Estes dois autores chamam a atenção para o perigo dos particularismos dos grupos sociais e a perda da universalidade dos direitos sociais em tela em suas demandas.

Klandermans, teórico da corrente institucional-culturalista sobre os movimentos sociais, retoma a clássica questão que preocupou muitos analistas norte-americanos no século passado: por que as pessoas participam de protestos coletivos? Ele questiona a explicação fundada apenas no aspecto dos sofrimentos psicossociais, e vai buscar apoio numa explicação também de ordem pessoal/subjetiva: as emoções. Os que participam se identificam com outras pessoas que estão participando. Criam identidades emocionais, e as emoções são vistas como fenômenos coletivos. Segue a linha de Maturana (1999) e Maturana e Varela (2004), para os quais as emoções são disposições corporais dinâmicas que definem os diferentes domínios de ação em que nos movemos.

O revival dos clássicos, contemporâneos das primeiras décadas do século XX, na análise dos movimentos sociais recuperou outros autores importantes: L. Wirth, G. Simmel e N. Elias. O interacionismo vem à tona com as análises das redes e seus vínculos (formais e informais), numa sociologia relacional. Nesse sentido, a análise de redes não dá muita ênfase à racionalidade dos atores sociais, podendo ser conjugada com a análise das perspectivas da escolha racional e a

teoria dos jogos (ver MARQUES 2007). G. Simmel passa a ser suporte teórico para as análises das trajetórias e dos deslocamentos dos indivíduos e suas famílias. Consequentemente, interessa à análise dos movimentos sociais na medida em que dá o suporte para o resgate da trajetória de estudo das lideranças dos movimentos. O processo de mobilidade — quer por migrações espaciais quer por deslocamentos na esfera dos relacionamentos sociais — criou novas oportunidades políticas para que algumas lideranças se repositionassem de forma diferente nas estruturas de poder da sociedade. Norbert Elias é aplicado na análise dos movimentos sociais por duas vias: pelo uso de sua categoria chave — processo civilizatório — e pelo deslocamento da construção da identidade — que deixa de ser um processo construído por atributos externos e passa a ser visto como uma construção psicológica; por meio de operações de auto-reflexividade os indivíduos trabalham sobre si próprios — uma sociedade de indivíduos reflexivos, que organizam estratégias de ação. Nessas abordagens, as análises partem dos indivíduos para o entendimento do grupo, à diferença das análises que partem dos coletivos e suas articulações e forças sociopolíticas e culturais para explicar suas ações.

Temas como esfera pública e ações de afirmação cultural ganham centralidade tanto no Brasil como nos países norte-americanos, a exemplo dos trabalhos de Jeffrey Alexander (2006). Desde os anos 1980 Alexander analisa o tema da solidariedade como um fator crucial que explica as relações sociais de uma dada sociedade, em um certo tempo histórico. Naquela época, transitando de uma sociologia parsoniana para uma sociologia neodurkheimiana, Alexander analisou os "laços naturais" de pertencimento dos indivíduos (raça, território, parentesco, linguagem e até religião) como laços diretos e emocionais, referentes a dados biológicos ou geográficos; e os "laços civis" (tais como a participação em associações, partidos, sindicatos etc.), como laços menos emocionais e mais abstratos, construídos de maneira autoconsciente; eles referem-se a qualidades éticas e morais associadas a funções sociais ou institucionais. Em 1993 Alexander irá falar das forças da sociedade civil e não-civil, enfatizando que são essas forças que criam a

dinâmica da vida social. Isso o leva a negar a crença iluminista de que os vínculos primordiais iriam desaparecer com a modernização política e econômica e a explorar mais esses vínculos, construídos a partir de relações étnicas, consangüíneas, territoriais, de gênero etc. Ele analisa a tensão desse tipo de vínculos com outros mais abrangentes que configuram a solidariedade civil, predominante na modernidade, destacando a complexidade dos processos sociais, que comportam processos de diferenciações não-homogêneos. Em suma, Alexander passou a enfatizar os sentimentos subjetivos de pertencimento experimentados pelos atores das ações coletivas, ao mesmo tempo em que nos lembra da dinâmica dos conflitos; universalismos abstratos e particularismos comunitários se entrelaçam, portanto, tensionando as ações coletivas. É bom lembrar que em 1987 Alexander já chamava a atenção, na análise do social, para a necessidade de articular as perspectivas macro e micro.

No início do século XX, Alexander adota o enfoque por ele denominado "sociologia cultural" (2000) para apreender as tensões nos processos de formação de solidariedades. Neste movimento teórico, Alexander aproxima-se de Durkheim e retoma do grande sociólogo francês suas análises sobre *As formas elementares da vida religiosa*, em que os processos simbólicos funcionam com seus próprios termos e a dimensão cultural ganha maior autonomia. Na vida social, o discurso da sociedade civil é demarcado por esferas do profano e do sagrado.

Em 2006, Alexander irá utilizar o conceito de esfera civil para explicar o de solidariedade social, afirmando que na atualidade estamos distantes dos modelos clássicos de análise dos movimentos sociais — quer daqueles construídos nos modelos de abordagem revolucionários quer dos modelos integrativos/psicosociais baseados nas teorias das privações sociais. Ele diz também que estamos distantes das teorias dos novos movimentos sociais, "que descrevem argumentos simbólicos como estratégias que respondem ao isolamento e à vulnerabilidade dos atores confrontando com novas formas de dominação técnica" (ALEXANDER, 2006, p. 233).

Uma questão central que sempre esteve presente entre os sociólogos que estudam as ações e mobilizações coletivas retor-

na neste novo século com outras nuances. Trata-se da questão do engajamento dos indivíduos e grupos. Qual a lógica das ações dos indivíduos quando se engajam em ações coletivas? As novidades foram a reintrodução do tema do voluntariado — seu apelo a necessidades reais ou simbólicas — e as estratégias de sedução para que ocorra engajamento de voluntários também no mundo do trabalho, nas políticas de responsabilidade social etc. A maior novidade é o uso da categoria "mobilização social" como um instrumento estratégico para construir ações coletivas, a partir de projetos previamente formatados. Desenvolveremos esse tema no capítulo IV, porque ele é central para explicar o novo caráter do associativismo civil na América Latina na atualidade, especialmente no Brasil.

Para encerrar este tópico sobre as questões envolvidas ou abordadas nas teorias das ações coletivas contemporâneas, no que se refere aos movimentos sociais, somos obrigados a sair do campo tradicional da sociologia e adentrar no da ciência política, porque, no momento em que as ações coletivas passam a atuar ou influenciar diretamente as esferas e estruturas dos poderes instituídos, por meio de processos participativos, vários teóricos passam a redefinir a esfera pública. Assim, não é mais possível explicar a teoria da ação social sem introduzir o tema da democracia e suas variantes, especialmente a democracia participativa e a deliberativa, trazendo à tona Habermas e Santos, entre outros. A noção de democracia deliberativa surge nos círculos acadêmicos e intelectuais num momento de crise das ciências sociais em relação às teorias explicativas macroestruturais. Ela surge como um novo enfoque entre os modelos democráticos pré-codificados e os sistêmicos, deslocando o olhar para os sentidos e as representações que orientam a ação social dos indivíduos e grupos na sociedade, sentidos que redefinem as fronteiras entre o político e o social, implicando a redefinição da relação Estado–sociedade e introduzindo no debate outras noções, como pluralidade, desigualdade, sociedade civil, esfera pública, racionalidade da ação, poder comunicativo etc. Na América Latina, a noção de democracia deliberativa surge como um caminho ou um modelo ideal normativo que busca dar conta das

novas exigências e condicionalidades que se colocam na relação Estado–sociedade na fase pós-ditatorial desse continente. A seguir, em poucas linhas, ousaremos abordar essas questões.

Sabemos que as matrizes principais da noção de democracia deliberativa são bastante antigas. Elster (2001) nos lembra da Grécia clássica e da arte da palavra e da persuasão dos sofistas. Também na Revolução Francesa apareceram argumentos a seu favor. Stuart Mill, no século XIX, defenderá o sistema de governo via processos de discussão, num modelo de delegação. Max Weber e Schumpeter também debateram as vantagens da argumentação na democracia (ver a respeito ARATO 1992, AVRITZER 2000). A versão mais elaborada foi desenvolvida por Habermas (1985, 1999). Joshua Coehn (2000) tem papel marcante nos anos 1980 na elaboração da noção de democracia deliberativa na teoria social e política, mas será Boaventura de Souza Santos que levará o modelo para fóruns internacionais de debates, por intermédio do Fórum Social Mundial. Uma das idéias centrais destes estudos diz respeito à afirmação de que a democracia não se legitima só com o voto, mas sim mediante discussões e decisões coletivas dos membros da sociedade (COEHN 2000). Coehn constrói um modelo normativo de deliberação democrática, difícil de se realizar em sociedades culturalmente heterogêneas.

Habermas irá definir a democracia deliberativa como um modelo de dupla entrada: de uma parte, a formação da vontade democrática constituída em espaços institucionais (no Brasil, podemos pensar no caso dos conselhos gestores, por exemplo); de outra parte, nos espaços extra-institucionais (situados na sociedade civil, são associações formadoras de opinião, grupos de interesse, sindicatos, associações culturais etc.). Ou seja, há um centro e uma periferia no sistema democrático, e só a partir da inter-relação dos dois há a possibilidade de um governo democrático. A política deliberativa seria o âmago do processo democrático, tendo vínculo com a sociedade por intermédio da opinião pública e do processo de formação de uma vontade coletiva. A expressão disso tudo seria dada em processos reflexivos realizados por movimentos sociais, associações, partidos, grupos sociais etc., construindo um modelo dialógico de in-

tervenção pública. Processos como o orçamento participativo (OP) têm sido analisados no Brasil de uma perspectiva habermasiana.

Santos articula a questão da deliberação democrática aos movimentos sociais e a construção de uma teoria da emancipação social. Ele inicia o novo século retomando o debate que o tornou conhecido no mundo acadêmico — o da multiculturalidade e da combinação das questões da igualdade e da diferença. Ele faz parte do grupo que analisa os movimentos sociais como grupos que detêm valores, com alto grau de interação interna e externa. Os movimentos são modelos de sociabilidade e sua análise implica compreender o sentido de suas práticas e seus projetos.

Santos alerta que um novo conteúdo democrático só será definido a partir de rupturas com o sistema político atual, com uma nova forma política do Estado que realize uma refundação democrática da administração pública, assim como uma profunda democratização no terceiro setor, de forma a conciliar cidadania e comunidade. Dando grande ênfase nesta última, Santos analisa a comunidade como um princípio que deve ser valorizado para sobrepor-se aos outros dois princípios de regulação da modernidade: o Mercado e ao Estado. Ele aborda a necessidade do desenvolvimento de processos de emancipações, a partir da tradução da voz dos subalternos, dos colonizados, do reconhecimento de suas identidades. Afirma que devemos nos interessar pela perspectiva de uma "geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto o produz e para quem o produz" (SANTOS 2006, p. 29).

Assim como o tema da pluralidade/diversidade, o da desigualdade provoca também inúmeros debates na questão da democracia deliberativa, e a crítica a esta teoria veio de setores marginalizados por ela. A teoria crítica feminista foi a grande fonte produtora e realimentadora desse debate. Fraser (1999) criticou a noção de esfera pública de Habermas por não reconhecer a diversidade. Ela afirma que uma concepção adequada da esfera pública requer não somente o destaque ao tema da desigualdade, mas também sua deliberação e sua eliminação — especialmente nos discursos em esferas públicas de grupos subalternizados, como mulheres, minorias raciais, sexuais

etc., em face do discurso hegemônico dos homens. (YOUNG, apud LEROUX 2006) acompanha essa linha, criticando as consequências que provoca a exclusão das diferenças na democracia deliberativa, afirmado que ela privilegia um discurso racional, masculino e das classes mais altas e médias, em detrimento das emoções, da multiplicidade e das diferenças na articulação das vozes do público. Não se consideram as diferenças sociais e culturais. O estilo deliberativo seria competitivo e o consenso obtido a partir da força do melhor argumento, o que implica: há um outro derrotado. Para que todos alcancem a compreensão na pluralidade, deve-se ter uma idéia mais ampla sobre os estilos e formas de falar em discussão política. Ou seja, trata-se de reconhecer a existência da desigualdade também no público que tem acesso (ou não) às esferas deliberativas, em seu interior, em sua dinâmica, em seu posicionamento na deliberação pública (ver YOUNG, apud LEROUX 2006).

Deve-se acrescentar também que o debate sobre as formas de combate às desigualdades sociais passou a se dar no campo das políticas de inclusão, da diversidade, das diferenças. Devemos lembrar, entretanto, que o contrário de desigualdade é igualdade. A diferença é outra coisa, sempre bem-vinda, desde que destaque os componentes de uma cultura étnica para valorizá-la e não para segregá-la, como ocorre nos regimes de *apartheid* social. O discurso da maioria dos analistas que fundamentam as políticas públicas faz um outro deslocamento dos termos do debate, da igualdade (que passa a ser ignorada) para a equidade — também uma outra coisa.

Finalmente, outro conceito fundamental que será debatido ao redor do tema democracia deliberativa é o de sociedade civil, conceito heterogêneo e poroso, segundo Leroux. Ele envolve pelo menos dez fontes teóricas de inspiração, mas podemos sistematizá-lo como o conjunto de movimentos, associações civis, organizações sociais, associações culturais, opiniões públicas, iniciativas cidadãs etc. que por meio de ações coletivas na esfera pública levam adiante suas demandas e reivindicações e conquistam espaços de ação sociopolítica e cultural (ver entre outros ARATO 1992; GOHN 2005; ALEXANDER 1994, 2006; OLVERA 1999; LEROUX 2006). Observa-se

que a democracia deliberativa é um modelo combinado, entre o liberalismo e o republicanismo, voltada para processos decisórios no âmbito de esferas públicas. Na atualidade tal modelo remete diretamente à questão da representação das formas associativas da sociedade civil nas estruturas colegiadas da democracia deliberativa.

Em tese, na democracia deliberativa a participação de representantes da sociedade civil joga um papel ambíguo por ser fonte de pressão — por meio de demandas e movimentos — e precisar responder também por um ativismo propositivo, organizado, ordenado segundo regras institucionalizadas, nos conselhos e fóruns participativos criados pelo Estado, por exemplo. Na prática, essa ambigüidade se resolve por dois caminhos: pela coesão, construída a partir da mobilização de setores da sociedade civil, organizada ou não, que estão ou são preparados para atuar na mesma linha política das ações implementadas; ou pelo conflito: há também os setores que não se alinham com as diretrizes políticas vigentes. Usualmente, nestes casos, os conflitos são negociados caso a caso. De toda forma, há no agir coletivo desses grupos um processo de aprendizado e um processo de construção de saberes. Esses saberes são mobilizados pelos participantes/representantes no cotidiano, interferindo na dinâmica do exercício da cidadania e até mesmo contribuindo para a formação dos quadros da burocracia estatal. Isso explica parte das contradições de que trataremos a seguir, no caso da América Latina.

capítulo IV Novas abordagens teóricas sobre as ações coletivas na América Latina

O novo milênio apresenta uma conjuntura social e política extremamente contraditória na América Latina. Ao mesmo tempo em que vários movimentos sociais tiveram, em diversos países, mais condições de organização tanto interna como externa, dado o ambiente político reinante, em outros, eles perderam muito sua força política junto à população, em virtude da decepção e da não-credibilidade em geral da sociedade civil para com os políticos, da composição da arena político-partidária e dos processos morosos de participação social. Houve também na América Latina a radicalização do processo democrático e o surgimento de movimentos étnicos (especialmente dos indígenas) na Bolívia e no Equador, associados a movimentos nacionalistas como o dos bolivarianos (Venezuela). Vários desses movimentos elegeram como representantes supremos da nação líderes provenientes dos movimentos populares. Segundo Negri e Cocco:

Os novos movimentos, dos quais Evo [Morales] é a expressão, não só renovaram as lutas a favor do controle público do fogo, da água e da terra, dando nova força aos tradicionais projetos de "independência" nacional e desenvolvimento, mas foram eles mesmos fato inovador, que mostrou sujeitos de tipo novo, em particular a multiplicidade das comunidades indígenas (*Folha de S.Paulo*, 30 jan. 2008, A3).

Uma das hipóteses sobre a fragilidade dos movimentos sociais no Brasil, neste novo milênio, é que eles perderam força política como agentes autônomos porque se transformaram em meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, práticas que são formas de controle e regulação da população. Sabe-se que a conquista do poder político por setores que anteriormente estavam na oposição, em importantes aparelhos do Estado, levou à ampliação de políticas sociais voltadas para os excluídos, para criar redes de proteção aos chamados bolsões humanos de vulnerabilidade social. Mas isso não significa que houve fortalecimento das organizações populares. Ao contrário, muitas delas enfraqueceram-se. Seus líderes foram cooptados pelos aparelhos estatais e suas políticas compensatórias. Francisco de Oliveira chega a afirmar que o movimento social foi capturado pelo Estado. O que era tido nos anos 1990 como eixo de construção de uma nova sociedade, nova economia etc. passa a ser assediado por políticos e pelas políticas públicas, tornando-se elos de uma cadeia de economia alternativa de sobrevivência ao padrão geral imposto — mecanizado e redutor do uso de mão-de-obra. A sociedade civil torna-se no imaginário popular o centro de referência do bem e passa a ser reduzida, por muitos, à esfera das ONGs e entidades do terceiro setor. Talvez, se existir alguma resistência social, ela ocorra nos atos de desobediência civil ou em atividades “de costas para o Estado”.

As análises fundadas nas narrativas que estabeleciam uma clara conexão entre classes sociais e movimentos sociais, e a centralidade da classe operária como sujeito fundamental das transformações sociais, reduziram-se em toda a América Latina neste novo milênio. Elas deram lugar às análises que ampliam o espectro dos sujeitos em cena, não só entre as camadas populares, mas entre outras camadas sociais, e focalizam outros atores sociais na cena pública, como as ONGs. Esta mudança de foco levou muitos analistas a abraçar abordagens que se preocupam com as formas de organizar a participação e a mobilização social, numa linha próxima às teorias norte-americanas da mobilização política citadas anteriormente.

Neste cenário contraditório, o CLACSO — Conselho Latino-Americanano de Ciências Sociais — e seus pesquisadores passaram a representar um dos poucos pólos de produção de conhecimento sobre os movimentos sociais que seguem uma abordagem teórica marxista ou próxima das teorias críticas, a exemplo de Seoane (2003), Seoane e Taddei (2001), Bóron e Lechini (2006), Sader (2005) e Cattani e Cimadamore (2007), Quevedo e Iokoi (2007). O CLACSO criou um “Observatório Social de América Latina” (2006a, 2006b, 2007) para registrar e fazer avaliações periódicas das lutas e dos movimentos da região. Christian Adel Mirza, um de seus pesquisadores, analisou os movimentos sociais da América Latina da perspectiva de novas formas de dependência que foram construídas com e pelos Estados Unidos, e das novas relações dos movimentos sociais com o sistema político vigente. O autor destaca a questão da autonomia como um problema-chave: a debilidade da autonomia em relação às estruturas de poder, porque existiria, segundo Mirza, um vínculo histórico entre os movimentos sociais e os partidos políticos. Do ponto de vista metodológico, Mirza faz uma importante contribuição ao analisar a relação entre os movimentos sociais e os sistemas políticos. Ele investiga nos movimentos o grau de organização, capacidade de proposta, capacidade de mobilizar por meio de suas convocações, discurso político, grau de autonomia e taxa de afiliação (número de militantes/participantes ou adeptos dos movimentos). Essas dimensões são analisadas em perspectiva histórica. Segundo ele, o fortalecimento dos movimentos sociais não tem sido possível devido a esta cultura política existente, herdada do século XX. Concordamos com Mirza e como exemplo citamos o caso da herança do populismo para as Sociedades de Amigos de Bairros, no Brasil, e o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e suas relações com o PT, na contemporaneidade. Acreditamos, entretanto, que esta cultura política de “dependência” dos sistemas políticos existentes vem desde o tempo colonial. Touraine já afirmava nos anos 1980 que “a subordinação dos movimentos sociais à ação do Estado constitui a limitação mais grave de sua capacidade de ação coletiva autônoma” (TOURAIN 1989, p. 182).

Um outro autor, mexicano, Rafael Sandoval Alvarez (2000), na contramão da grande maioria dos pesquisadores, que deixam de lado a dimensão do político em seus estudos, irá analisá-la na constituição da identidade do sujeito. Para ele, a constituição do sujeito social se dá a partir do lugar que ele ocupa no social, no político, no cultural e no espaço simbólico de outros sujeitos. Ele destaca a importância dos projetos sociais na constituição do sujeito, não como algo pronto, mas sim processual e tensionado pelas diferenças entre os atores de uma ação coletiva organizada como movimento social. Projeto social é entendido aqui como o projeto político-ideológico de um grupo, explicitado ou não.

A apropriação de conhecimentos e a experiência dos sujeitos são a base da prática política que irá nos explicar a construção dos projetos. Já nos anos 1980 Tilman Evers (1984, p. 14 e 18) afirmava: "O potencial transformador dos movimentos sociais não é político mas sociocultural. [...] Eles buscam construir sua identidade como autopercepção realista de suas próprias características, potencialidades e limitações, superando falsas identidades outorgadas de fora". Da mesma forma, a cultura política vigente não é dada pronta ou preexistente, bastando encaixar-se na realidade de um grupo. Ela também é gerada no processo a partir dos valores que não são assumidos como básicos do grupo e pelo grupo. Não há, portanto, nada intrínseco, pré-dado. As construções são relacional, ainda que as estruturas maiores existam *a priori*, antes das ações. Mas elas vão se modificando com as ações. Um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica. Ele não assume ou "veste" uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, um gênero ou uma idade. Este ato configura uma política de identidade e não uma identidade política. O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política;

resposta do Estado à demanda organizada. Deve-se tratar a questão da identidade em termos de um campo relacional, de disputas e tensões, um processo de reconhecimento da institucionalidade da ação, e não como um processo de institucionalização da ação coletiva, de forma normativa, com regras e enquadramentos, como temos observado nas políticas públicas no Brasil na atualidade.

Vandenbergh (2007) afirma que a história se move por gerações, que começam sua experiência em patamares diferentes. O movimento social, enquanto um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural. As identidades são móveis, variam segundo a conjuntura. Há um processo de socialização da identidade que vai sendo construída. Compartilhamos a idéia de Hobsbawm quando afirma que as identidades são múltiplas, combinadas e intercambiáveis. Ao contrário da política de identidades construídas pelo alto, usualmente de forma homogênea (nos termos criticados por Fraser), a identidade política dos movimentos sociais não é única, ela pode variar em contextos e conjunturas diferentes. E muda porque há aprendizagens, que geram consciência de interesses. Os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras de mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural relativa ao não reconhecimento no plano dos valores ou da moral. Infelizmente, no Brasil atual, pouquíssimos movimentos sociais podem ser colocados nesta categoria, de atuação com autonomia. A maioria dos que se autodenominam movimentos, ou pior, aos quais é atribuída a condição de ser ou representar um movimento, não tem um agir coletivo autônomo porque são monitorados, coordenados por normas, regras e escolhas externas presentes em projetos elaborados por terceiros (pode ser uma ONG ou um grupo político-partidário, ou ainda um grupo de uma secretaria estatal, nos marcos de uma política pública). Já nos posicionamos em outros textos a favor da participação civil em conselhos e colegiados públicos (GOHN 2007b). O problema é como participar. A organização do grupo deve ser anterior, preceder dada política e

não ocorrer por meio da implantação de dada política ou de certo projeto social. A participação direta do grupo deve ser combinada com a democracia representativa e não esta última ser a substituição ou negação da primeira.

No novo associativismo predominante no Brasil atual, as redes de relações sociais e as formas de sociabilidade que engendram passam a ser vistas, por alguns analistas, como relações de poder, numa clara herança intelectual de Foucault e da fenomenologia, em que a preocupação é com o sentido que os sujeitos dão a acontecimentos e as interações produzidas a partir do significado desse sentido. Busca-se interpretar o sentido das coisas a partir da experiência de viver esta coisa, participar dela. Busca-se o significado que as pessoas dão ao mundo e às práticas. Aproxima-se também, portanto, do pragmatismo. Como se sabe, nesta abordagem o conhecimento vem da experiência imediata e não de idéias ou valores, ou de qualquer reflexão ou uso da razão. Para os pragmatistas o conhecimento não é formado por idéias, algo mental, subjetivo. As idéias são produzidas diretamente pelos significados advindos de experiências, sem muita reflexividade.

O pragmatismo/presentismo invade também o campo da política, no plano das ações do Estado. O tema dos movimentos sociais no Brasil, no novo milênio, deve ser dividido em alguns campos para a sua compreensão. Na análise da prática concreta deve-se identificar quem se qualifica como movimento social tanto na sociedade civil popular organizada como na sociedade civil empresarial, relacionada ao mercado (bancos, fundações do terceiro setor etc.). O Estado e suas políticas sociais devem ser analisados para que se entenda as novas redes de sociabilidade que são estimuladas nos locais onde se concentram os denominados grupos de "alta vulnerabilidade social".

A grande mudança observada nos estudos sobre as políticas de parceria do Estado com a sociedade civil organizada está na direção do foco central da análise: do agente para a demanda a ser atendida. Reconhecem-se as carências e busca-se superá-las de forma holística. Olhares multifocais que contemplam raça, etnia,

gênero, idade etc. passam a ser privilegiados. O sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos campos isolados. Sozinhos, esses múltiplos sujeitos não têm força coletiva, e o ponto de convergência entre eles é o próprio Estado. A interação do Estado por meio da ação de seus governos se faz mediante uma retórica que retira dos movimentos a ação propriamente dita. Ela se transforma em execução de tarefas programadas, tarefas que serão monitoradas e avaliadas para que possam continuar a existir. A institucionalização das ações coletivas impera no sentido já assinalado como regulação normativa, com regras e espaços demarcados e não como um campo relacional de reconhecimento. A possibilidade da emancipação fica confinada aos espaços de resistência existentes. Resta o consolo de que, a médio ou longo prazo, isso poderá gerar aprendizado sociopolítico para os movimentos sociais e contribuir para a construção de valores, vindo a desenvolver uma cultura política alternativa ao que está posto. Uma das novidades do novo milênio na América Latina, tanto do ponto de vista das análises como da argumentação discursiva sobre os movimentos e ações coletivos, é o uso da categoria "mobilização social". Ela é uma categoria que nunca recebeu tratamento específico nos manuais e dicionários de sociologia do século XX. Encontramos na ciência política, no dicionário organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1986), dois tipos de mobilização: a política e a social. Mobilização política indica um processo de ativação das pessoas, ou massas, como preferem os estudiosos que usam o termo. Poderá ser feita tanto pelos governantes como por líderes da sociedade civil. Mobilização social já tem outro sentido: refere-se a ativações que visam mudança de comportamentos ou adesão a dados programas ou projetos sociais. Mobilização social, nesta acepção, envolve uma série de processos que objetivam mudança de comportamento, aquisição de novos valores, acesso a meios de inclusão social etc. Apela-se para a adesão do outro numa dada ação social, com um certo sentido já configurado. Nesta acepção, mobilização é uma categoria gêmea de participação. Desmobilização será justamente o bloqueio à participação.

Na América Latina, o colombiano José Bernardo Toro (2007) inscreveu o tema da mobilização social na agenda das políticas públicas na segunda metade dos anos 1990 e no planejamento estratégico de centenas de ONGs que passaram a adotar seus conceitos e sua metodologia operacional neste novo século. Trata-se de uma metodologia para mobilizar pessoas, desenvolvida pela Fundación Social da Colômbia, e desde a década de 1990 ela tem sido a inspiração para ONGs e programas de reformas governamentais, principalmente na área da educação — foi aplicada no estado de Minas Gerais, no final de 1993, sob o nome "Pacto pela Educação". É interessante registrar que na ocasião esta abordagem era criticada pela então oposição brasileira como uma abordagem neoliberal. No novo milênio, aquela oposição ascendeu ao poder do Estado central e aplicou a mesma abordagem como metodologia de trabalho na área social. No que consiste a metodologia de mobilização?

Para Toro, "mobilização social é o envolvimento ativo do cidadão, da organização social, da empresa nos rumos e acontecimentos em nossa sociedade. Ela se traduz em pequenas ou grandes ações e pode ser desempenhada de diferentes formas" (1996, p. 13). Ele trata o processo de mobilização social como um instrumento, uma ferramenta para "convocar vontades", na expressão do autor. Ele recupera elementos da abordagem de Tilly (1978), que também tratou da questão da mobilização ao defini-la como um dos quatro componentes da ação coletiva. Mobilização, para Tilly, envolve o caminho pelo qual os grupos sociais adquirem recursos suficientes para tornar a ação coletiva possível. No entanto, Tilly estava preocupado em analisar mobilizações políticas, e Toro fixa-se na mobilização social, na perspectiva de Olson (1965), como estrutura de oportunidades para a ação coletiva.

Com o intuito de aglutinar cidadãos para atuar na realidade em que vivem, Toro elabora uma metodologia de trabalho para os "produtores e reeditores sociais", termos criados por ele para designar pessoas que irão levar a cabo a implantação e o desenvolvimento de processos participativos locais, por meio de "projetos mobilizadores". Diferentemente dos militantes de um movimento social

— que têm atuações voltadas para o todo, para o mundo —, Toro preconiza que os produtores e reeditores devem ter seu campo de atuação focado no cotidiano, desenvolver processos de comunicação direta, atuar em redes comunicativas, formular e difundir mensagens claras, criar imaginários sociais que despertem o desejo de engajamento nas pessoas, estudar e planejar o campo de suas atuações, desenvolver ações coletivas sem hierarquias ou "donos" e acompanhar permanentemente os processos de mobilização. Criar fóruns, redes, consórcios etc. é parte do processo de mobilização. Observa-se que é preconizado uma engenharia do social, um modo processual de organizar a ação coletiva, baseado em modernas técnicas da comunicação. A identidade é criada de fora para dentro do grupo, por meio de incorporação em projetos e programas sociais que contemplam políticas de identidade, identidades estratégicas, voltadas para a realização de certos objetivos.

Para Toro, o movimento surge como resultado do processo de mobilização, ou seja, há uma inversão na concepção do que seja um movimento social. O termo movimento é substituído inicialmente por mobilização e aparece somente no final do processo — basicamente fruto de um trabalho de colaboração, coesão, com ações propositivas. Movimento é um resultado e não o foco inicial da ação coletiva. Os conflitos são vistos como naturais, inerentes ao ser humano e ao processo democrático. A chamada coisa pública é construída a partir da sociedade civil; assim, o Estado não é detentor do caráter público da gestão. Nesta análise, não há interesses de classes ou grupos sociais, há o interesse público que deve congregar todos para a ação coletiva comum. Destaca-se também que há aprendizagens no processo de participação — que seria a internalização de hábitos e valores transmitidos.

Não há preocupação nas elaborações sobre a mobilização social quanto ao entendimento da história social e política de um povo para além de seu local imediato. As causas e a gênese dos processos de exclusão e pobreza não são analisadas. Parte-se de dada situação e busca-se mobilizar pessoas para sua resolução, substituindo a "cultura da espera" pela "cultura da resolução, do fazer".

Certamente, há fundamentos teóricos que embasam e suportam suas análises, advindos de concepções utilitaristas e pragmáticas. O presentismo é a diretriz geral. O pensamento crítico — que vai às raízes do problema, busca sua compreensão e suas causas — não tem espaço, embora se invoquem a criatividade, a inovação e os saberes locais. Os indivíduos selecionados para atuar como reeditores devem ser ou estar preparados para interpretar a realidade segundo certos parâmetros. "Os males da sociedade" são vistos como resultados de uma ordem social criada pelos próprios indivíduos. Como não são males de origem natural, supõe-se que podem ser modificados por aprendizagens diárias, frutos de uma convivência social em que se aprende a não agredir o semelhante, a comunicar-se, a interagir, a decidir em grupo, a cuidar de si, a cuidar do entorno e a valorizar o saber social. A democracia é vista como uma ordem autofundada. Este voluntarismo da ação coletiva que impede o analista de localizar grupos de interesses, conflitos, lutas pelo poder e elimina a dimensão política e cultural das práticas sociais da análise, porque a substitui por uma configuração ideal, tem sido a diretriz da grande maioria dos projetos e programas sociais oficiais implementados no Brasil atual.

Observa-se nas elaborações sobre mobilização social uma metodologia de intervenção social, a presença de fundamentos advindos, entre outras fontes, da etnometodologia. Como sabemos, essa abordagem foi desenvolvida por Garfinkel (1974) e privilegia os estudos das práticas de linguagem.

Pierre Bourdieu fornece-nos argumentos para a crítica da abordagem acima, ao destacar que as desigualdades são produzidas e reproduzidas, e a naturalização das relações sociais é que permite que se crie um imaginário social no qual a pobreza seja vista como falta de oportunidades ou fracasso pessoal, e a aquisição de novos hábitos e práticas é a mola mestra para alavancar processos de mudança. Para tanto, abordagens como a de Toro preconizam a imersão em "atividades" que modifiquem a cultura anterior e criem uma nova. J. Souza, analisando a obra de Bourdieu, lembra-nos que o paradigma da imersão ingênua na vida cotidiana "faz que pen-

semos que nós, sujeitos, somos o centro do mundo, que somos nós que produzimos valores e que a dinâmica social pode ser adequadamente compreendida pela interdependência das vontades e [dos] sentidos individuais [...]" (Souza 2007, p. 76).

A categoria movimento social no campo do conflito praticamente é substituída, na abordagem de Toro, pela de mobilização social, que também gera uma sigla, MS, voltada para a ação coletiva que busca resolver problemas sociais, diretamente, por meio da mobilização e do engajamento de pessoas. Trata-se de um processo de mobilização de ações de civis, que uma vez inseridas num projeto coletivo passam a ser denominadas movimento social. Como já dissemos, a dimensão do político é esquecida ou negada. E essa dimensão é o espaço possível de construção histórica, de análise da tensão entre os diferentes sujeitos e agentes sociopolíticos em cena. A exemplo das análises de Touraine (2007b) do desdobramento de alguns movimentos sociais na França, observa-se também nas propostas de Toro formas de neocomunitarismo que submetem o indivíduo a crenças e práticas e impõem sua participação em dada comunidade, em busca da reconstrução de uma ordem social.

É importante registrar também que a abordagem de Toro fundamenta as ações coletivas de milhares de ONGs e entidades do terceiro setor em toda a América Latina. E é este tipo de participação que predomina, numericamente, na América Latina neste novo milênio, e não as ações coletivas geradas por movimentos sociais do tipo MST, Via Campesina, movimentos dos atingidos pelas barragens, de pequenos produtores ou movimentos indígenas. E são estes últimos movimentos que têm dado sentido novo aos problemas sociais da região e chamado a atenção no plano global, a exemplo da Bolívia (ver MARTHOZ et al. 2007; NEGRI, COCCO 2008).

Outra categoria de análise que deve ser observada no novo milênio na América Latina é a de desigualdade social. Ocorreu um deslocamento na questão da desigualdade: de econômica, com ênfase na renda, para um sentido social, com ênfase nas características sociais e culturais dos grupos sociais. Com isso, a prioridade passou a ser a análise da questão das diferenças sociais e culturais.

*Desigualdade* não é o mesmo que *diferença*. A diferença reflete a diversidade da espécie e de suas formas de organização política e de expressão cultural. A diferença, que pode ser bem-vinda, difere assim da desigualdade, que nunca é bem-vinda. A diferenciação social “passa a ser na atualidade menos o resultado de identidades herdadas, explicativas das desigualdades estruturais, e a assentar mais na procura de singularidades que se tentam afirmar e que procuram o reconhecimento social” (SOULET 2006, p. 82). Com isso, opera-se um outro deslocamento, do tema da igualdade para o da eqüidade. A eqüidade é a disposição de reconhecer igualmente o direito de cada um (FERREIRA, 1975, p. 544), que é outro modo de dizer: o direito de todos de serem iguais. A eqüidade passa a ser entendida como:

um princípio que rege funções distributivas, compensatórias, consideradas histórica e socialmente justas [...]. O conceito de eqüidade surge como que para aparar os efeitos nocivos da desigualdade social, uma estratégia de inclusão, de democratização da esfera pública, ou seja, comporta em si mesma o estabelecimento de critérios normativos que permitiriam atenuar os resultados e/ou a diminuição dos efeitos da não-inclusão social, ampliando o espectro de participação social pela possibilidade de redistribuição. Enquanto dimensão igualitária e cívica, as medidas vinculadas ao entendimento de eqüidade (universalista e neoliberal) deveriam permitir a diminuição das tensões sociais, propiciando medidas de justiça social (TELES, CABANES 2006, p. 217-219).

Em suma, estamos vivendo um novo momento na trajetória do associativismo brasileiro. Os movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade, mas há uma pluralidade de movimentos que se diferenciam não apenas por suas causas, demandas e anos de existência, mas também por seus projetos e sua visão de mundo, por seus objetivos e suas articulações — internas e externas. Eles se transformaram bastante, realizaram deslocamentos em suas identidades e incorporaram outras dimensões do pensar e agir social. Alteraram seus projetos políticos. Mas como são muitos e heterogêneos parte deles fragmentou-se e perdeu ou redefiniu sua identidade, suas idéias e seus pontos de vista centrais, alterando projeto e cultura política existentes. Outros se redefiniram segundo as mudanças de

outros atores sociais em cena. Outros ainda aproveitaram brechas e se conectaram com as possibilidades dadas pela globalização, econômica (geradora de resistências e protestos) e cultural (geradora de novas sociabilidades, novas interações e aprendizagens baseadas na pedagogia do exemplo — aprender via observação —, nos grandes eventos transnacionais, ou via conexão na rede Internet).

No plano mais geral, tanto nas políticas públicas de inclusão dos movimentos sociais, pelo alto, como na análise da maioria dos cientistas sociais que hoje trabalham com o tema dos movimentos sociais, a dimensão do político foi esquecida ou negada. A ação coletiva entre estes sujeitos e os novos sujeitos em cena abre e fecha horizontes. O tema da consciência histórica não pode ser abandonado — deve, sim, ser abandonada a visão de uma consciência histórica fixa e determinada, a ser incorporada por sujeitos inertes e passivos. Ao contrário, a consciência histórica é processual, elabora-se no jogo das tensões, trocas e posições dos sujeitos em cena.

## Referências bibliográficas

- ABERLE, David. *Peyote religion among the Navaho*. Chicago, Aldine, 1966.
- ADORNO, T. *Educação e emancipação*. São Paulo, Paz e Terra, 2003.
- ALEXANDER, J. O novo movimento teórico: o macro e o micro. *Novos Estudos CEBRAP* 17, São Paulo, CEBRAP (1987).
- \_\_\_\_\_. The Return of the Civil Society. *Contemporary Sociology*, vol. 22, n. 6 (1993) 797-803.
- \_\_\_\_\_. Las paradojas de la sociedad civil. *Revista Interacional de filosofia Política*, Madrid 4 (1994) 73-89.
- \_\_\_\_\_. *Sociología cultural*: formas de clasificación en las sociedades complejas. Barcelona, Anthropos/Ed. Flacso, 2000.
- \_\_\_\_\_. *The Civil Sphere*. Oxford, Oxford University Press, 2006.
- ALVAREZ, Rafael Sandoval. La dimensión política de la identidad del sujeto. *Espiral*, México, n. 17 (jan.-abr. 2000) 71-86.
- ALVAREZ, Sonia E., ESCOBAR, Arturo. Theoretical and Political Horizons of Change in Contemporary Latin American Movements. In: *The Making of Social Movements in Latin America*. San Francisco, Westview Press, 1992.
- AMARAL, Aécio, BURITY, Joaílido. *Inclusão social – Identidade e diferença*. Perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo, Annablume, 2006.
- ANAIS: *Les formes de l'action*. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1993, vol. 1-2.

- ANDRIAN, Charles F., APTER, David E. *Political Protest and Social Change*. London, Macmillan, 1995.
- ARATO, Andrew, COHEN, Jean. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, The Mitt Press, 1992.
- ARENDT, H. *Crises da República*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática, esfera pública y deliberación. *Metapolítica*, México, 4/14 (2000) 76-87.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Participação em São Paulo*. São Paulo, Ed. UNESP, 2004.
- \_\_\_\_\_. (org.). *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.
- BADIOU, Alain. *Para uma nova teoria do sujeito*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002.
- BANKS, J. A. *The sociology of social movements*. London, Macmillan, 1972.
- BARREIRA, Irlys Alencar F. *O reverso das vitrines*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt. *Community*. Cambridge, Polity Press, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Identidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.
- BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo*. Barcelona, Paidós, 1988.
- BLUMER, Herbert. Collective Behaviour. In: R. PARK (ed.). *An Outline of the Principles of Sociology*. New York, Barnes & Noble, 1939.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, H.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília, Ed. UnB, 1986.
- BORJA, Jordi. *Movimientos sociales urbanos*. Buenos Aires, SIAP, 1975.
- BÓRON, Atílio. A nova ordem mundial: como desmontá-la. In: J. SEONE, E. TADDEI. *Resistências mundiais*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_, LECHINI, Gladys (org.). *Política y movimientos sociales en un mundo begemónico*. Lecciones desde África, Asia y América Latina. Buenos Aires, Clacso, 2006.
- BOTTOMORE, T. B. *Sociology as Social Criticism*. New York, William Morrow, 1976.
- \_\_\_\_\_, NISBET, Robert. *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- \_\_\_\_\_, OUTHWAITE, W. (ed.). *The Blackwell Dictionary Twentieth-Century Social Thought*. London, Blackwell, 1993.

- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- CAMACHO, D. Movimientos sociales. Algunas discusiones conceptuales. *Periodico: Avances de Investigación*, San José, Costa Rica, n. 5 (1985).
- CANCLINI, N. *Cultura y comunicación: entre lo local y lo global*. La Plata, Ed. De Periodismo y Comunicación, 1997a.
- \_\_\_\_\_. *Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997b.
- CARDOSO, Ruth C. L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos*. Madrid, Siglo XXI, 1974.
- \_\_\_\_\_. *The Raise of the Network Society*. Oxford, Blackwell, 1996.
- \_\_\_\_\_. *The Power of Identity*. Oxford, Blackwell, 1997.
- \_\_\_\_\_. *The End of Millennium*. Oxford, Blackwell, 1998.
- \_\_\_\_\_. *The Internet Galaxy — Reflections on the Internet, Business, and Society*. New York, Oxford University Press, 2001.
- CASTORIADIS, Cornelius. *L'Institution imaginaire de la société*. Paris, Seuil, 1975.
- CATTANI, Antonio, CIMADAMORE, Alberto (org.). *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre, Clacso/Tomo Ed., 2007.
- COEHN, Joshua. Procedimiento y substancia en la democracia deliberativa. *Metapolítica*, México, 4/14 (2000) 24-47.
- COHEN, Jean. Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. *Social Research*, n. 52 (1985) 663-716.
- COHEN, Robin, RAI, S. M. *Global Social Movements*. London, The Athlone Press, 2000.
- COHN, Gabriel. A teoria da ação em Habermas. In: Carvalho M. C. BRANT (org.). *Teorias da ação em debate*. São Paulo, Cortez, 1993, p. 63-75.
- COSTA, Sérgio. As cores de Ercília — Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.
- DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Ed. Unicamp/Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_, OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 2006.
- DELLA PORTA, Donatella. *O movimento por uma nova globalização*. São Paulo, Loyola, 2007.